

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	22/04/2014	Dividendo	31/12/2014	Ordinária		0,04115

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	6.186.288	5.712.410
1.01	Ativo Circulante	1.527.804	1.191.490
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	152.735	173.394
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.739	63.592
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	58.739	63.592
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	58.739	63.592
1.01.03	Contas a Receber	967.758	550.177
1.01.03.01	Clientes	555.379	517.952
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	657.272	620.877
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-101.944	-102.979
1.01.03.01.03	Partes Relacionadas	51	54
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	412.379	32.225
1.01.03.02.01	Consumidores Baixa Renda	10.507	20.388
1.01.03.02.02	Subvenção CDE - Desconto Tarifário	34.825	8.706
1.01.03.02.03	Recursos CDE - Decreto nº 7.945/13	0	3.131
1.01.03.02.04	Recursos CDE - Decreto nº 8.221/14	367.047	0
1.01.04	Estoques	1.198	177
1.01.06	Tributos a Recuperar	104.472	186.799
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	104.472	186.799
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.625	7.734
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	232.277	209.617
1.01.08.03	Outros	232.277	209.617
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos	31.954	27.564
1.01.08.03.02	Encargo emergencial	2.770	2.775
1.01.08.03.03	Outros Créditos	196.619	179.278
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	934	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.658.484	4.520.920
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.964.669	1.854.419
1.02.01.03	Contas a Receber	23.653	21.469
1.02.01.03.01	Clientes	79.622	73.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	-55.969	-52.141
1.02.01.06	Tributos Diferidos	197.295	191.750
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	197.295	191.750
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.743.721	1.641.200
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	75.822	76.877
1.02.01.09.05	Depósitos Vinculados a Litígios	184.659	180.962
1.02.01.09.06	Cauções e Depósitos	129	64
1.02.01.09.07	Ativo Indenizável (Concessão)	1.469.987	1.383.297
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos - Swap	13.124	0
1.02.03	Imobilizado	49.112	50.060
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.481	27.972
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.631	22.088
1.02.04	Intangível	2.644.703	2.616.441
1.02.04.01	Intangíveis	2.644.703	2.616.441
1.02.04.01.02	Softwares	69.001	68.598
1.02.04.01.03	Direito de Uso da Concessão	2.575.702	2.547.843

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	6.186.288	5.712.410
2.01	Passivo Circulante	1.259.487	954.637
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.402	45.106
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.402	45.106
2.01.02	Fornecedores	735.702	426.026
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	735.702	426.026
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	732.443	423.369
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	3.259	2.657
2.01.03	Obrigações Fiscais	80.658	110.280
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.571	101.718
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	7.236
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.087	1.326
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	138.260	106.444
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	103.501	87.065
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	103.501	87.065
2.01.04.02	Debêntures	34.759	19.379
2.01.05	Outras Obrigações	270.465	266.781
2.01.05.02	Outros	270.465	266.781
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	162.171	162.171
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.525	2.525
2.01.05.02.05	Parcelamento Especial	770	1.241
2.01.05.02.06	Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e de Eficiência Energética	43.035	43.147
2.01.05.02.07	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	16.756	16.064
2.01.05.02.08	Energia livre e encargo emergencial	30.523	29.869
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	14.685	11.764
2.02	Passivo Não Circulante	2.300.843	2.276.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.417.393	1.419.582
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	654.829	682.194
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	654.829	682.194
2.02.01.02	Debêntures	762.564	737.388
2.02.02	Outras Obrigações	450.776	438.938
2.02.02.02	Outros	450.776	438.938
2.02.02.02.03	Fornecedores	11.798	11.798
2.02.02.02.04	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	398.324	393.339
2.02.02.02.05	Programas de P&D e de eficiência Energetica	35.180	28.271
2.02.02.02.06	Parcelamento Especial	225	376
2.02.02.02.07	Energia livre	4.667	4.572
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	582	582
2.02.04	Provisões	432.674	418.428
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	432.674	418.428
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	26.720	27.347
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	157.504	154.481
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	248.450	236.600
2.03	Patrimônio Líquido	2.625.958	2.480.825
2.03.01	Capital Social Realizado	1.298.230	1.298.230

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	1.150.530	1.150.530
2.03.04.01	Reserva Legal	103.637	103.637
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.046.893	1.046.893
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	144.665	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	9.279	8.811
2.03.08.02	Ajustes Patrimoniais	9.279	8.811

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.064.257	929.900
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-804.192	-611.250
3.03	Resultado Bruto	260.065	318.650
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-63.564	-75.731
3.04.01	Despesas com Vendas	-19.074	-22.307
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.490	-53.424
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	196.501	242.919
3.06	Resultado Financeiro	22.724	-1.971
3.06.01	Receitas Financeiras	115.176	79.893
3.06.02	Despesas Financeiras	-92.452	-81.864
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.225	240.948
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.560	-81.791
3.08.01	Corrente	-80.346	-49.939
3.08.02	Diferido	5.786	-31.852
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.665	159.157
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	144.665	159.157
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,03688	0,04058

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	144.665	159.157
4.02	Outros Resultados Abrangentes	468	1.189
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.133	160.346

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	93.559	98.995
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	218.940	276.761
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	144.665	159.157
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.622	19.176
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	52.885	43.562
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	21.935	22.462
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	42.500	39.827
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-74.612	-61.708
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível e Indenizável baixado	11	3.370
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-5.786	31.852
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	11.938	11.007
6.01.01.10	P&D e eficiência energética	9.782	8.056
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-125.381	-177.766
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-55.230	59.126
6.01.02.02	Estoques	-1.021	1.253
6.01.02.03	Partes Relacionadas	0	103
6.01.02.04	Tributos a Compensar	83.382	-38.901
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-2.891	-4.448
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	-4.455	6.808
6.01.02.07	Depositos Vinculados a Litígios	-3.697	-2.272
6.01.02.08	Outros Créditos	-17.339	15.432
6.01.02.09	Fornecedores	309.676	129.191
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-10.704	-3.307
6.01.02.11	Obrigações Fiscais	-29.622	11.457
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	0	-17.168
6.01.02.13	Subvenção CDE- desconto tarifário	-26.119	-14.792
6.01.02.14	Pagamento de Benefícios Pós Emprego	-6.953	-8.840
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-7.689	-14.393
6.01.02.16	Outros Passivos	4.362	10.796
6.01.02.17	Repasse CDE	-363.916	-304.576
6.01.02.18	Consumidores baixa renda	9.881	-3.235
6.01.02.19	Programas de P&D e de eficiência energética	-3.046	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.435	-85.605
6.02.01	Aplicações Financeiras	4.853	18.591
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-92.288	-104.196
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.783	-12.917
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos.	0	32.106
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos.	-14.137	-35.535
6.03.05	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-11.868	-7.598
6.03.08	Parcelamento Especial	-778	-1.890
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.659	473
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.394	20.813
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	152.735	21.286

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.298.230	23.254	1.150.530	0	8.811	2.480.825
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.665	468	145.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.665	0	144.665
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	468	468
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	709	709
5.05.02.07	Tributos Diferidos	0	0	0	0	-241	-241
5.07	Saldos Finais	1.298.230	23.254	1.150.530	144.665	9.279	2.625.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	1.032.946	0	-1.604	2.052.826
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.157	2.793	161.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.157	0	159.157
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.793	2.793
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	4.232	4.232
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/ Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-1.439	-1.439
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	1.032.946	159.157	1.189	2.214.776

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.485.138	1.316.223
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.401.322	1.229.046
7.01.02	Outras Receitas	7.678	6.429
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	91.760	99.924
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.622	-19.176
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-745.107	-585.694
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-491.853	-320.165
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-91.439	-86.316
7.02.04	Outros	-161.815	-179.213
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-55.192	-59.648
7.02.04.02	Custo de construção	-91.760	-99.924
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-14.863	-19.641
7.03	Valor Adicionado Bruto	740.031	730.529
7.04	Retenções	-52.885	-43.562
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.885	-43.562
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	687.146	686.967
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	115.176	79.893
7.06.02	Receitas Financeiras	115.176	79.893
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	802.322	766.860
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	802.322	766.860
7.08.01	Pessoal	38.520	38.391
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.987	26.209
7.08.01.02	Benefícios	6.317	8.815
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.283	1.268
7.08.01.04	Outros	1.933	2.099
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	1.933	2.099
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	523.414	485.733
7.08.02.01	Federais	182.076	181.968
7.08.02.02	Estaduais	338.963	301.697
7.08.02.03	Municipais	2.375	2.068
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.723	83.579
7.08.03.01	Juros	42.195	39.881
7.08.03.02	Aluguéis	3.271	1.715
7.08.03.03	Outras	50.257	41.983
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	144.665	159.157
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.665	159.157

Comentário do Desempenho

AMPLA REGISTRA R\$ 145 MILHÕES DE LUCRO LÍQUIDO EM 1T14

Receita Líquida cresce 14,4% em relação 1T13

DESTAQUES

A Ampla Energia encerrou o 1T14 com um total de **2.825.130 consumidores***, o que representa um crescimento de **3,4%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **volume de energia vendida e transportada** pela Ampla Energia atingiu o montante de **3.235 GWh*** no 1T14, um incremento de **9,6%** em relação ao volume registrado no 1T13, de **2.952 GWh***.

Os indicadores de qualidade do fornecimento **DEC** e **FEC** encerraram o 1T14 em **22,36 horas*** e **9,79 vezes***, representando, respectivamente, incremento de **19,4%** e redução de **0,2%**, respectivamente, em relação ao 1T13. O **índice de perdas** (TAM – Acumulado em 12 meses) da Companhia atingiu, no 1T14, o patamar de **19,96%**, um incremento de **0,03 p.p.** em relação ao mesmo período do ano anterior, de **19,93%**.

Os indicadores de produtividade **MWh/colaborador** e **MWh/consumidor** atingiram, no 1T14, os valores de **2.783*** e **1,10***, representando incrementos de **11,5%** e **5,8%**, respectivamente, em relação ao 1T13.

A **Receita Operacional Bruta** registrada no 1T14 foi de **R\$ 1.493 milhões**, um incremento de **12,3%** em relação ao 1T13, que alcançou no citado trimestre o montante de **R\$ 1.329 milhões**.

O **EBITDA**, no 1T14, alcançou o montante de **R\$ 249 milhões**, um decréscimo de **12,9%** em relação ao 1T13, de **R\$ 286 milhões**. Com esse resultado, a Margem EBITDA da Companhia encerrou o 1T14 em **23,43%**, percentual inferior em **7,38 p.p.** comparado ao 1T13.

No 1T14, o **Lucro Líquido** totalizou **R\$ 145 milhões**, inferior em **9,1%** ao valor do 1T13 de **R\$ 159 milhões**, refletindo uma Margem Líquida de **13,59%***.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 22 de abril de 2014, foi deliberada a distribuição de **R\$ R\$161.446.028,47** em dividendos, o que representa um **payout ratio de 25%** sobre o lucro líquido passível de distribuição e um **dividendo de R\$ 0,041158795 por lote de mil ações**, cujo pagamento será efetuado até o dia 31 de dezembro de 2013.

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.235	2.952	9,6%	2.864	13,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.493.082	1.328.970	12,3%	1.359.906	9,8%
Receita Líquida (R\$ mil)	1.064.257	929.900	14,4%	1.049.785	1,4%
EBITDA(2) (R\$ mil)*	249.386	286.481	-12,9%	264.030	-5,5%
Margem EBITDA (%)*	23,43%	30,81%	-7,38 p.p	25,15%	-1,72 p.p
EBIT(3) (R\$ mil)*	196.501	242.919	-19,1%	217.231	-9,5%
Margem EBIT (%)*	18,46%	26,12%	-7,66 p.p	20,69%	-2,23 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	144.665	159.157	-9,1%	202.654	-28,6%
Margem Líquida (%)	13,59%	17,12%	-3,53 p.p	19,30%	-5,71 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	98.991	103.919	-4,7%	125.546	-21,2%
DEC (12 meses)*	22,36	18,72	19,4%	20,10	11,2%
FEC (12 meses)*	9,79	9,81	-0,2%	9,79	-
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,79%	99,96%	-2,17 p.p	99,43%	-1,64 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	19,96%	19,93%	0,03 p.p	19,76%	0,20 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.825.130	2.731.809	3,4%	2.812.494	0,4%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.121	1.142	-1,8%	1.136	-1,3%
MWh/Colaborador*	2.783	2.497	11,5%	2.424	14,8%
MWh/Consumidor*	1,10	1,04	5,8%	0,98	12,2%
PMSO (4)/Consumidor	57,96	59,40	-1,7%	50,00	16,0%
Consumidor/Colaborador*	2,520	2,392	5,4%	2,476	1,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende, aproximadamente, 2,8 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,3 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	1T14	1T13	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.339.688	7.097.240	3,4%
Consumidores (Unid.)	2.825.130	2.731.809	3,4%
Linhas de Distribuição (Km)	52.017	51.367	1,3%
Linhas de Transmissão (Km)	3.804	3.804	-
Subestações (Unid.)	120	120	-
Volume de Energia 12 meses (GWh)	10.857	10.092	7,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,76%	3,76%	-
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,32%	2,24%	0,08 p.p

(1) Fonte: Para ambos os anos, utilizamos o resultado do Censo IBGE 2010

(2) O número de consumidores Brasil está estimado



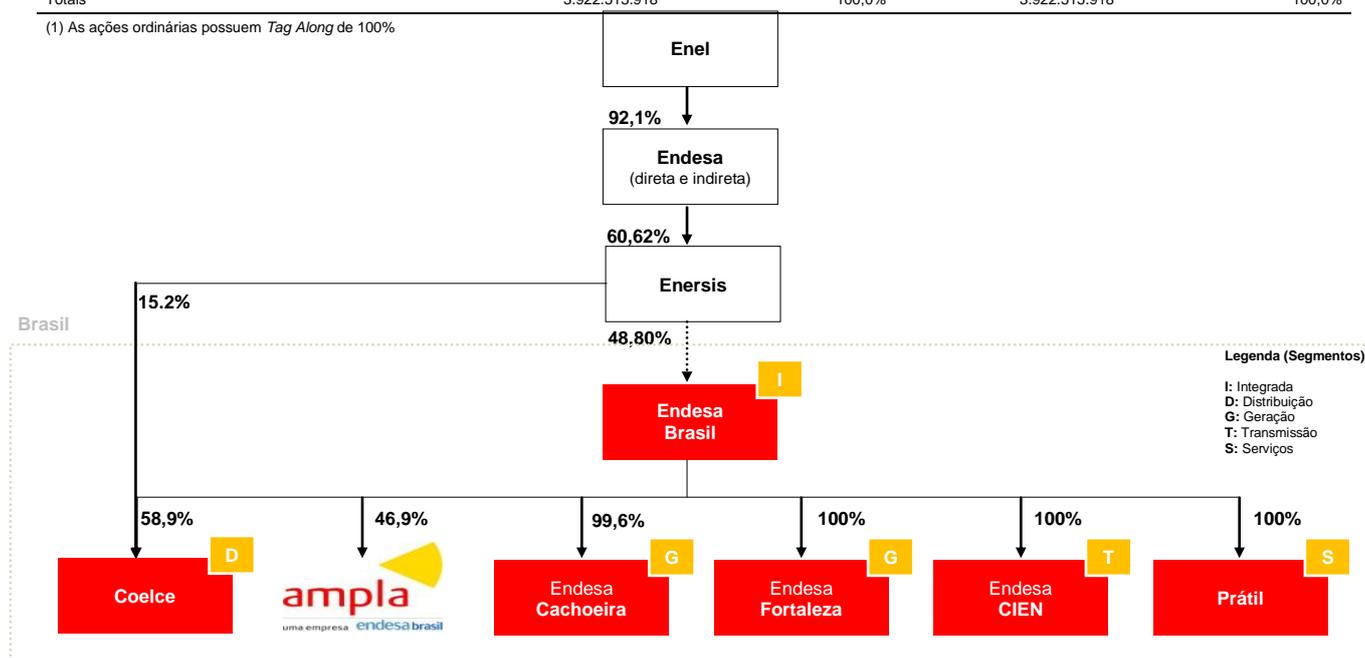
Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa, por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A e Chilectra S/A que detêm, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 21,4% e 10,3% do capital total da Ampla Energia.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/14)

	ON (lote de mil)	%	TOTAL	%
Controladores	3.908.277.080	99,6%	3.908.277.080	99,6%
Endesa Brasil S/A	1.839.121.933	46,9%	1.839.121.933	46,9%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,0%	824.607.526	21,0%
Enersis S/A	838.778.796	21,4%	838.778.796	21,4%
Chilectra S/A	405.768.824	10,3%	405.768.824	10,3%
Não Controladores	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Outros	14.238.839	0,4%	14.238.839	0,4%
Totais	3.922.515.918	100,0%	3.922.515.918	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 100%



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

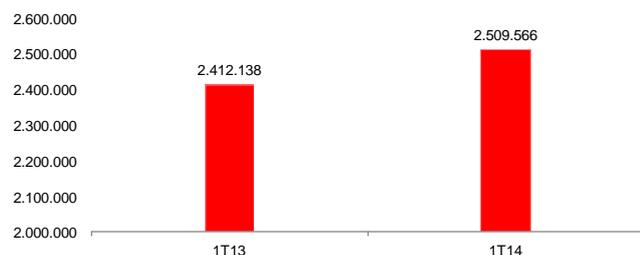
Crescimento de Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

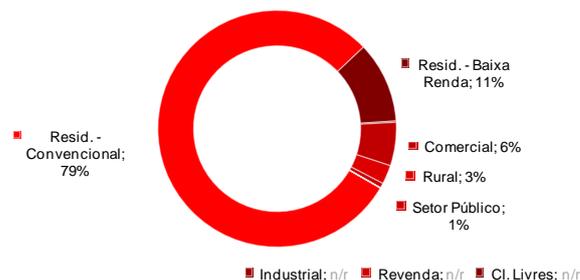
	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.509.504	2.412.080	4,0%	2.487.258	0,9%
Residencial - Convencional	1.996.464	1.911.618	4,4%	1.972.861	1,2%
Residencial - Baixa Renda	277.610	270.340	2,7%	279.658	-0,7%
Industrial	4.666	4.649	0,4%	4.685	-0,4%
Comercial	148.829	145.876	2,0%	148.558	0,2%
Rural	65.074	63.350	2,7%	64.770	0,5%
Setor Público	16.861	16.247	3,8%	16.726	0,8%
Cientes Livres	49	45	8,9%	48	2,1%
Industrial	33	31	6,5%	32	3,1%
Comercial	16	14	14,3%	16	-
Revenda	13	13	-	13	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.509.566	2.412.138	4,0%	2.487.319	0,9%
Consumo Próprio	316	364	-13,2%	319	-0,9%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	315.248	319.307	-1,3%	324.856	-3,0%
Total - Número de Consumidores	2.825.130	2.731.809	3,4%	2.812.494	0,4%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Número de Consumidores Efetivos (Unidades)* Evolução 1T13 - 1T14



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)* Posição Final em mar/14



A Ampla Energia encerrou o 1T14 com 2.825.130 unidades consumidoras* ("consumidores"), 3,4% superior ao número de consumidores registrado ao final do 1T13. Esse crescimento representa um acréscimo de 93.321 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 92.116 novos consumidores*.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 135 milhões* nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 1T14 com 2.509.566 consumidores*, um incremento de 4,0% em relação ao 1T13. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 1T14 com 49 clientes livres*, um acréscimo de 4 novos clientes*, o que representa um incremento de 8,9% em relação ao número registrado no fechamento do 1T13, de 45 clientes livres.

Venda de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Mercado Cativo	2.723	2.464	10,5%	2.346	16,1%
Cientes Livres	398	387	2,8%	408	-2,5%
Revenda	114	101	12,9%	110	3,6%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.235	2.952	9,6%	2.863	13,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no 1T14 foi de 3.235 GWh*, o que representa um incremento de 9,6% (+283 GWh) em relação ao 1T13, cujo volume foi de 2.952 GWh*. Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 10,5% no mercado

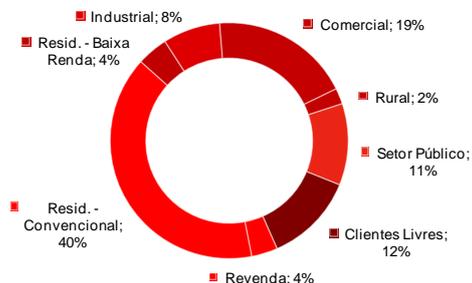
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

cativo da Companhia (+259 GWh) no 1T14 em relação ao 1T13 (2.723 GWh* versus 2.464 GWh*), impulsionada, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no 1T14, de 398 GWh*, foi 2,8% superior ao registrado no 1T13, de 387 GWh (+11 GWh), e ainda, alavancada, por (iii) um maior volume de energia vendida transportada para revenda, cujo montante no 1T14, de 114 GWh*, evolução de 12,9% comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa energia (transportada para os clientes livres) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

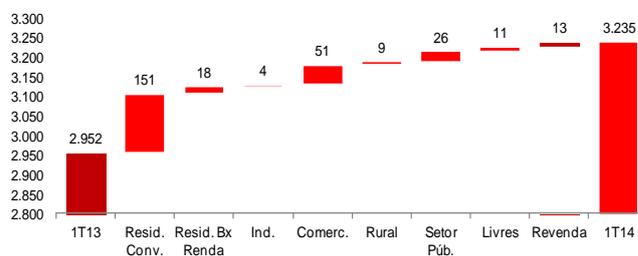
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume Total no 1T14



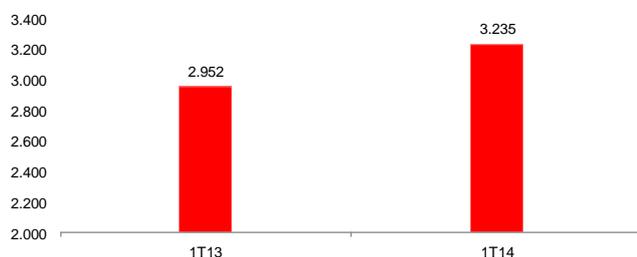
Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (GWh)*

Evolução 1T13 - 1T14



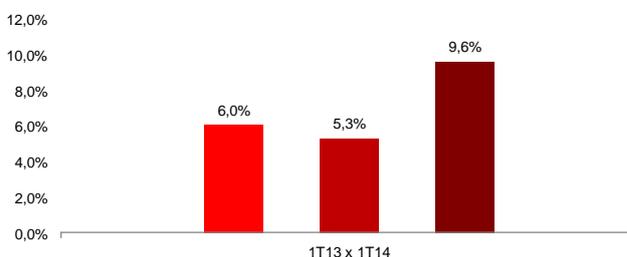
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 1T13 - 1T14



Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Residencial - Convencional	1.286	1.135	13,3%	1.021	26,0%
Residencial - Baixa Renda	137	119	15,1%	121	13,2%
Industrial	252	248	1,6%	261	-3,4%
Comercial	616	565	9,0%	531	16,0%
Rural	70	61	14,8%	60	16,7%
Setor Público	362	336	7,7%	352	2,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.723	2.464	10,5%	2.346	16,1%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 10,5% no 1T14, quando comparado ao 1T13. O principal fator que ocasionou o aumento do consumo no mercado cativo foi (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 4,0%, que adicionou mais 97.424 novos consumidores* à base comercial da Companhia, e pela (ii) aumento na venda de energia per capita no mercado cativo, de 6,2% (conforme quadro abaixo).

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Residencial - Convencional	644	594	8,4%	518	24,3%
Residencial - Baixa Renda	493	440	12,0%	433	13,9%
Industrial	54.008	53.345	1,2%	55.710	-3,1%
Comercial	4.139	3.873	6,9%	3.574	15,8%
Rural	1.076	963	11,7%	926	16,2%
Setor público	21.470	20.681	3,8%	21.045	2,0%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	1.085	1.022	6,2%	943	15,1%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 1.085 KWh/consumidor*, representando uma evolução de 6,2% em relação à observada no 1T13. As principais variações foram observadas nas seguintes classes:

(i) residencial convencional e residencial baixa renda: quando analisadas em conjunto apresentaram uma evolução na venda de energia per capita de 8,9% no 1T14 em relação ao 1T13 (626 KWh/cliente* versus 575 KWh/cliente*), ocasionada, principalmente, (i) pela elevação da temperatura média no 1T14 quando comparada ao 1T13 (combinado com o fato de que os equipamentos de ar condicionado atingiram uma elevada penetração nas residências dos

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

consumidores no Estado do Rio de Janeiro em 2014**), (ii) pelo estímulo oferecido pelo Governo Federal para a aquisição de equipamentos eletrodomésticos (que aumentaram as vendas dos referidos equipamentos em 18%** no ano de 2012 em relação ao ano de 2011, impactando o resultado de 2013 e dos anos seguintes) e pela (iii) facilidade de acesso ao crédito.

(ii) rural: o incremento observado de 11,7% , basicamente, está relacionada ao menor volume de chuvas no 1T14 quando comparado ao 1T13, dessa forma, o acionamento dos equipamentos de irrigação foi maior ao comparar os períodos.

(iii) comercial: a elevação observada de 6,9% reflete, basicamente, o impacto do aumento da temperatura média no 1T14 quando comparada ao 1T13, devido, a isto, foi necessária maior climatização no setor comercial.

Cientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Industrial	375	366	2,5%	386	-2,8%
Comercial	23	21	9,5%	22	4,5%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	398	387	2,8%	407	-2,2%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 1T14 foi de 398 GWh*, o que representa um acréscimo de 2,8% em relação ao 1T13, de 387 GWh, tendo em vista, basicamente, o crescimento de 8,9% no número de clientes livres de 45*, no 1T13, para 49*, no 1T14, parcialmente, compensado pela queda no transporte de energia per capita aos clientes livres, em 5,6%, conforme quadro abaixo.

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Industrial	11.364	11.806	-3,7%	12.063	-5,8%
Comercial	1.438	1.500	-4,1%	1.375	4,6%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	8.122	8.600	-5,6%	8.500	-4,4%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres, de 5,6%* do 1T13 para o 1T14, foi fruto, principalmente, da migração de 4 clientes do mercado cativo para o mercado livre (2 clientes industriais e 2 clientes comerciais). A redução no segmento industrial e comercial refletem o padrão de consumo dos novos clientes, inferior ao padrão dos que já se encontravam no mercado livre da Companhia no 1T13, o que justifica a redução no transporte de energia per capita no 1T14.

Balanco Energético

BALANÇO DE ENERGIA

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Demanda máxima de energia (MW)	2.403	2.238	7,4%	2.233	7,6%
Energia requerida (GWh)	4.061	3.677	10,4%	3.576	13,6%
Energia distribuída (GWh)	3.212	2.893	11,0%	2.940	9,3%
Residencial - Convencional	1.280	1.089	17,5%	1.044	22,6%
Residencial - Baixa Renda	137	126	8,7%	121	13,2%
Industrial	243	217	12,0%	266	-8,6%
Comercial	607	571	6,3%	571	6,3%
Rural	70	61	14,8%	60	16,7%
Setor Público	358	330	8,5%	355	0,8%
Clientes Livres	398	387	2,8%	407	-2,2%
Revenda	112	105	6,7%	110	1,8%
Consumo Próprio	7	7	-	6	16,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	849	784	8,3%	636	33,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	20,91%	21,32%	-0,41 p.p	17,79%	3,12 p.p

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A energia total requerida pelo sistema da Ampla Energia no 1T14 foi de 4.061 GWh*, representando, uma evolução de 10,4% quando comparado ao registrado no 1T13 (3.677 GWh*). Já a energia efetivamente distribuída pelo sistema apresentou um incremento de 11,0% (3.212 GWh* versus 2.893 GWh*). A diferença entre o incremento apresentado pela energia total requerida e pela energia efetivamente distribuída é o reflexo da redução (0,41 p.p.) nas perdas no sistema de distribuição entre os trimestres comparados, que alcançou o patamar de 20,91%*, no 1T14, contra 21,32%* no 1T13.

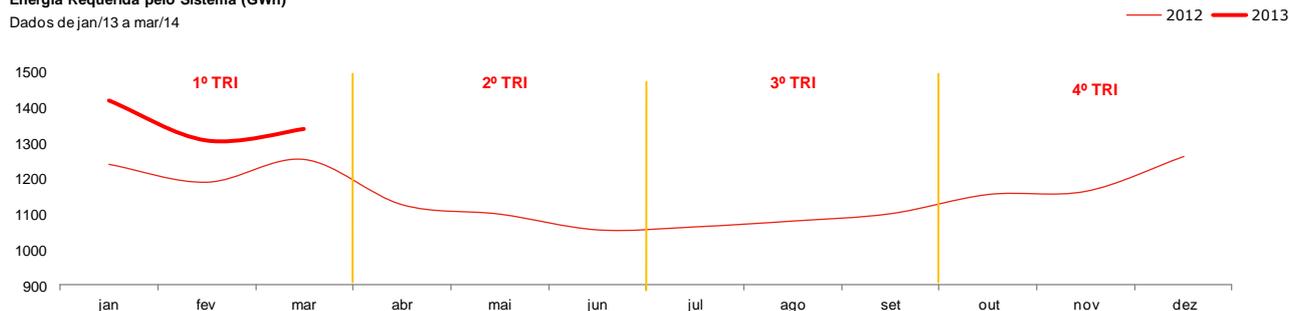
Sazonalidade

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/13 a mar/14



Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Itaipu Binacional	552	519	6,4%	527	4,7%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	522	538	-3,0%	495	5,5%
Centrais Elétricas - FURNAS	366	402	-9,0%	373	-1,9%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	95	128	-25,8%	118	-19,5%
Eletronuclear	99	100	-1,0%	102	-2,9%
Petrobras	99	99	-	101	-2,0%
Eletronorte	113	89	27,0%	81	39,5%
CEMIG	29	93	-68,8%	86	-66,3%
PROINFA	55	54	1,9%	66	-16,7%
Outros	934	865	8,0%	928	0,6%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.864	2.887	-0,8%	2.877	-0,5%
Liquidação na CCEE	826	423	95,3%	303	>100,0%
Total - Compra de Energia	3.690	3.310	11,5%	3.180	16,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Os contratos de compra de energia celebrados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, os contratos bilaterais e a liquidação das diferenças na CCEE totalizaram, no 1T14, o montante de 3.690 GWh*, para atender a energia demandada pelo sistema da Ampla Energia. Esse montante representa um acréscimo de 11,5% (+380 GWh) em relação ao 1T13, que foi de 3.310 GWh*.

Inputs e Outputs do Sistema

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Totais - Inputs	3.690	3.310	11,5%	3.180	16,0%
Compra de Energia	3.690	3.310	11,5%	3.180	16,0%
Contratos	2.864	2.887	-0,8%	2.877	-0,5%
Itaipu Binacional	552	519	6,4%	527	4,7%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	522	538	-3,0%	495	5,5%
Centrais Elétricas - FURNAS	366	402	-9,0%	373	-1,9%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	95	128	-25,8%	118	-19,5%
Eletronuclear	99	100	-1,0%	102	-2,9%
Petrobras	99	99	-	101	-2,0%
Eletronorte	113	89	27,0%	81	39,5%
CEMIG	29	93	-68,8%	86	-66,3%
PROINFA	55	54	1,9%	66	-16,7%
Outros	934	865	8,0%	928	0,6%
Liquidação CCEE	826	423	95,3%	303	>100,0%
Totais - Outputs	3.690	3.310	11,5%	3.180	16,0%
Perdas na Transmissão + Energia Não Faturada	27	20	35,0%	11	>100,0%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.702	2.401	12,5%	2.423	11,5%
Residencial - Convencional	1.280	1.089	17,5%	1.044	22,6%
Residencial - Baixa Renda	137	126	8,7%	121	13,2%
Industrial	243	217	12,0%	266	-8,6%
Comercial	607	571	6,3%	571	6,3%
Rural	70	61	14,8%	60	16,7%
Setor Público	358	330	8,5%	355	0,8%
Consumo Próprio	7	7	-	6	16,7%
Revenda	112	105	6,7%	110	1,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	849	784	8,3%	636	33,5%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
DEC 12 meses (horas)	22,36	18,72	19,4%	20,10	11,2%
FEC 12 meses (vezes)	9,79	9,81	-0,2%	9,79	-
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,96%	19,93%	0,03 p.p	19,76%	0,20 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,79%	99,96%	-2,17 p.p	99,43%	-1,64 p.p
MWh/Colaborador	2.783	2.497	11,5%	2.424	14,8%
MWh/Consumidor	1,10	1,04	5,8%	0,98	12,2%
PMSO (2)/Consumidor	57,96	59,40	-1,7%	50,00	16,0%

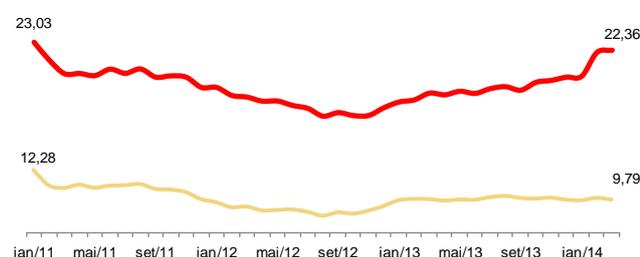
(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento

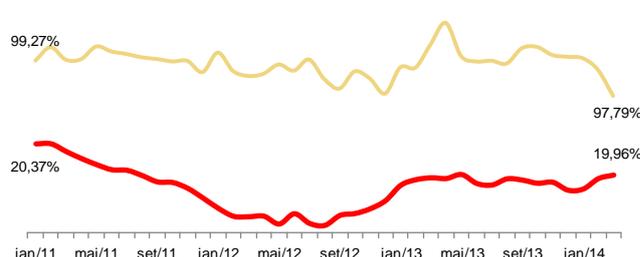
Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*

Dados de jan/11 a mar/14



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*

Dados de jan/11 a mar/14



TAM - Valor Acumulado nos últimos doze meses

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla Energia encerrou o 1T14 com DEC de 22,36 horas*, índice 19,4% superior ao registrado no 1T13, de 18,72 horas*. O FEC alcançou o patamar de 9,79 vezes*, o que representa uma redução de 0,2% em relação ao 1T13, que fechou em 9,81 vezes*. A Ampla Energia investiu R\$ 115 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,96%* no 1T14, um acréscimo de 0,03 p.p. em relação às perdas registradas no 1T13, de 19,93%*. Nos últimos 12 meses, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 125 milhões*.

Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 1T14 em 97,79%*, percentual inferior (-2,17 p.p.) em relação ao encerramento do 1T13, de 99,96%*.

Produtividade

Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores).

A Ampla Energia encerrou o 1T14 com o indicador de MWh/colaborador de 2.783*, índice 11,5% superior que o valor do 1T13, de 2.497*. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 1,10*, o que representa uma evolução de 5,8% em relação ao 1T13, que encerrou em 1,04*.

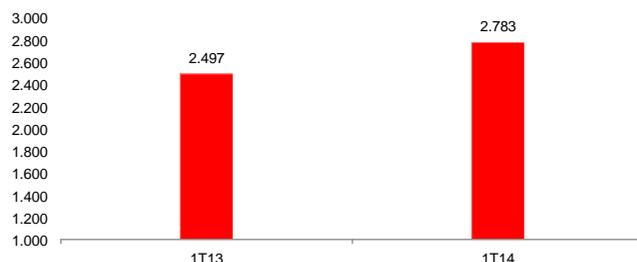
O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R\$ 57,96/consumidor no 1T14, o que representa uma redução de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que fechou em R\$ 59,40/consumidor.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

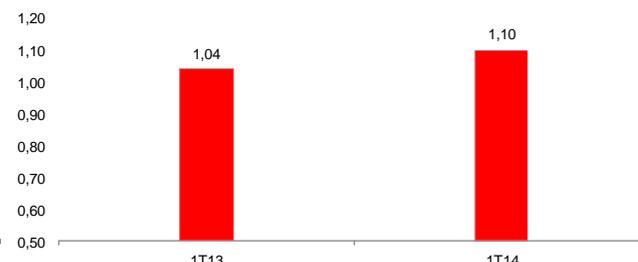
Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*

Evolução 1T13 - 1T14



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*

Evolução 1T13 - 1T14



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Receita Operacional Bruta	1.493.082	1.328.970	12,3%	1.359.906	9,8%
Deduções à Receita Operacional	(428.825)	(399.070)	7,5%	(310.121)	38,3%
Receita Operacional Líquida	1.064.257	929.900	14,4%	1.049.785	1,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(867.756)	(686.981)	26,3%	(832.554)	4,2%
EBITDA(2)*	249.386	286.481	-12,9%	264.030	-5,5%
Margem EBITDA*	23,43%	30,81%	-7,38 p.p	25,15%	-1,72 p.p
EBIT(3)*	196.501	242.919	-19,1%	217.231	-9,5%
Margem EBIT*	18,46%	26,12%	-7,66 p.p	20,69%	-2,23 p.p
Resultado Financeiro	22.724	(1.971)	<-100,0%	87.493	-74,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.560)	(81.791)	-8,8%	(102.070)	-27,0%
Lucro Líquido	144.665	159.157	-9,1%	202.654	-28,6%
Margem Líquida	13,59%	17,12%	-3,53 p.p	19,30%	-5,71 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R\$/lote de mil ações)	0,037	0,041	-9,1%	0,052	-28,6%

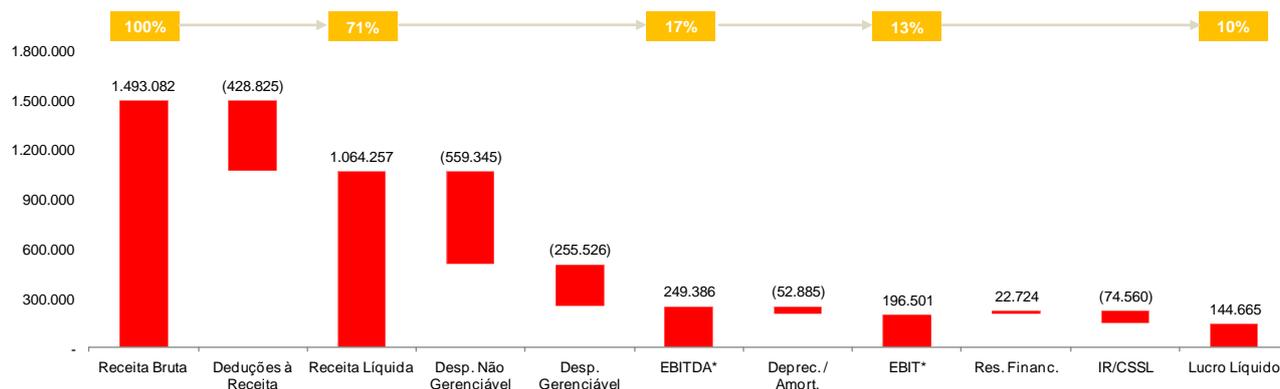
(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado (R\$ Mil)

Overview 1T14



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Fornecimento de Energia	1.287.474	1.122.765	14,7%	1.130.446	13,9%
Baixa Renda	15.884	17.140	-7,3%	15.420	3,0%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	26.119	14.792	76,6%	26.119	-
Fornecimento de Energia para o Mercado Cativo	1.329.477	1.154.697	15,1%	1.171.985	13,4%
Suprimento de Energia Elétrica	11.942	6.305	89,4%	11.828	1,0%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	43.958	50.343	-12,7%	43.317	1,5%
Receita - IFRIC 12	91.760	99.924	-8,2%	114.566	-19,9%

Comentário do Desempenho

Outras Receitas	15.945	17.701	-9,9%	18.210	-12,4%
Total - Receita Operacional Bruta	1.493.082	1.328.970	12,3%	1.359.906	9,8%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, no 1T14, R\$ 1.493 milhões, um acréscimo de 12,3% em relação ao 1T13, de R\$ 1.329 milhões (+R\$ 164 milhões). Esse acréscimo é, basicamente, o efeito combinado dos seguintes fatores:

- Incremento de 15,1% (R\$ 1.329 milhões versus R\$ 1.155 milhões) na receita pelo fornecimento de energia para o mercado cativo (+R\$ 174 milhões); *Este incremento está associado aos seguintes fatores:*
 - (i) Reajuste Tarifário Anual de 2013, que incrementou as tarifas em 12,13% em média, a partir de 15 de abril de 2013;
 - (ii) Aumento de 10,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (2.723 GWh no 1T14 versus 2.464 GWh no 1T13).

A receita pelo fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo ainda se encontra negativamente impactada pelos seguintes fatores:

 - (iii) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média.

Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídio existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. O valor contabilizado, referente ao recebimento desta subvenção, foi de R\$ 26 milhões no 1T14.

- Decréscimo de 12,7% (R\$ 44 milhões versus R\$ 50 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica (-R\$ 6 milhões): Esta redução está associada à Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no volume de energia transportada para o mercado livre da Companhia (398 GWh no 1T14 versus 387 GWh no 1T13).
- Redução de 8,2% (R\$ 92 milhões versus R\$ 100 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 8 milhões): A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T14 foi de R\$ 92 milhões (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 8 milhões quando comparado com o 1T13 (R\$ 100 milhões).

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia no 1T14 alcançou o montante de R\$ 1.401 milhões, o que representa um incremento de 14,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1.229 milhões (+R\$ 172 milhões).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
ICMS	(338.963)	(301.690)	12,4%	(281.004)	20,6%
PIS	(12.770)	(13.429)	-4,9%	(11.840)	7,9%
COFINS	(58.818)	(61.853)	-4,9%	12	<-100,0%
ISS	(1.219)	(1.162)	4,9%	(356)	>100,0%
Total - Tributos	(411.770)	(378.134)	8,9%	(293.188)	40,4%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-
Subvenções CCC e CDE	(7.273)	(12.650)	-42,5%	(7.273)	-
Programa de Eficiência Energética e P&D	(9.782)	(8.056)	21,4%	(9.660)	1,3%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	-	(230)	-100,0%	-	-
Total - Encargos Setoriais	(17.055)	(20.936)	-18,5%	(16.933)	0,7%
Total - Deduções da Receita	(428.825)	(399.070)	7,5%	(310.121)	38,3%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

As deduções da receita apresentaram incremento de 7,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, alcançando -R\$ 429 milhões no 1T14, contra --R\$ 399 milhões no 1T13 (-R\$ 30 milhões). Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Acréscimo de 8,9% (-R\$ 412 milhões versus -R\$ 378 milhões) no tributo ICMS/PIS/COFINS/ISS (-R\$ 34 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da base de cálculo para apuração do ICMS, devido ao aumento do consumo de energia e ao reajuste tarifário, parcialmente compensado, pela a redução da base de cálculo para os outros encargos (PIS e COFINS), reflexo, basicamente, do desconto da base de cálculo pelo o aumento do custo de compra de energia.
- Decréscimo de 18,5% (-R\$ 17 milhões versus -R\$ 21 milhões) nos encargos setoriais (+R\$ 4 milhões): A redução acima mencionada se deve, principalmente, a extinção do encargo , Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e a redução de 75% no encargo Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função da Lei 12.783/13, que passou a vigorar a partir de dia 24 de janeiro.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(491.853)	(320.165)	53,6%	(450.304)	9,2%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.879)	(2.166)	-13,3%	(1.854)	1,3%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(65.613)	(55.642)	17,9%	(78.120)	-16,0%
Total - Não gerenciáveis	(559.345)	(377.973)	48,0%	(530.278)	5,5%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(37.408)	(37.752)	-0,9%	(40.066)	-6,6%
Material e Serviços de Terceiros	(91.439)	(86.316)	5,9%	(74.986)	21,9%
Depreciação e Amortização	(52.885)	(43.562)	21,4%	(46.799)	13,0%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.622)	(19.176)	-18,5%	(11.608)	34,6%
Provisão para Contingências	(9.400)	(10.648)	-11,7%	(11.757)	-20,0%
Custo de Construção (IFRIC 12)	(91.760)	(99.924)	-8,2%	(114.566)	-19,9%
Outras Despesas Operacionais	(9.897)	(11.630)	-14,9%	(2.494)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(308.411)	(309.008)	-0,2%	(302.276)	2,0%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(867.756)	(686.981)	26,3%	(832.554)	4,2%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

Os custos e despesas operacionais no 1T14 alcançaram -R\$ 868 milhões, um incremento de 26,3% em relação ao 1T13, de -R\$ 687 milhões (-R\$ 181 milhões). Este acréscimo é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Acréscimo de 48,0% (-R\$ 559 milhões versus -R\$ 378 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 181 milhões), por:

- Incremento de 53,6% (-R\$ 492 milhões versus -R\$ 320 milhões) na energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 172 milhões):
O incremento acima mencionado se deve aos seguintes fatores:
 - Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos;
 - Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
 - Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
 - Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de desconstrução involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e por projetos térmicos postergados ou cancelados;*Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela:*
 - Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14. Os itens (iii) e (iv) foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE (ou CONTA-ACR). A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 429 milhões no 1T14.

- Acréscimo de 17,9% (-R\$ 66 milhões versus -R\$ 56 milhões) na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema – ESS (-R\$ 10 milhões):
Esta variação decorre, basicamente, do aumento das despesas com a rede básica, tendo em vista o aumento da demanda de energia observada no 1T14 contra o 1T13 e o reajuste, pela inflação, das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) das transmissoras em julho de 2013.

Redução de 0,2% (-R\$ 308 milhões versus -R\$ 309 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (+R\$ 1 milhão). As principais variações são:

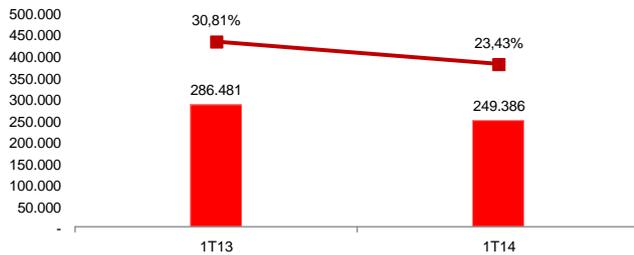
- Incremento de 21,4% (-R\$ 53 milhões versus R\$ 44 milhões) na rubrica depreciação e amortização (-R\$ 9 milhões):
O acréscimo observado deve-se, principalmente, ao incremento do ativo da Companhia, em função dos investimentos e ativações ocorridas no período.
- Redução de 8,2% (R\$ 92 milhões versus R\$ 100 milhões) na receita operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (+R\$ 8 milhões):
A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. O efeito na receita operacional bruta no 1T14 foi de R\$ 92 milhões (cuja contrapartida se encontra nas despesas operacionais, no mesmo valor, não gerando efeito algum no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia), uma redução de R\$ 8 milhões quando comparado com o 1T13 (R\$ 100 milhões).

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T14, alcançaram o montante de -R\$ 217 milhões, o que representa uma evolução de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 209 milhões (-R\$ 8 milhões).

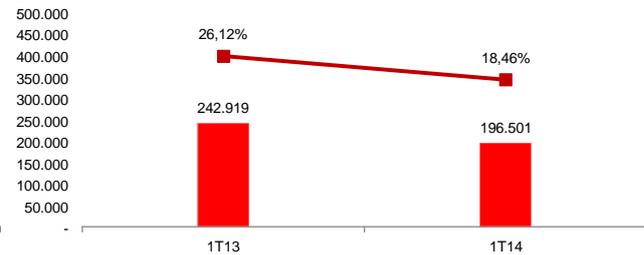
Comentário do Desempenho

EBITDA

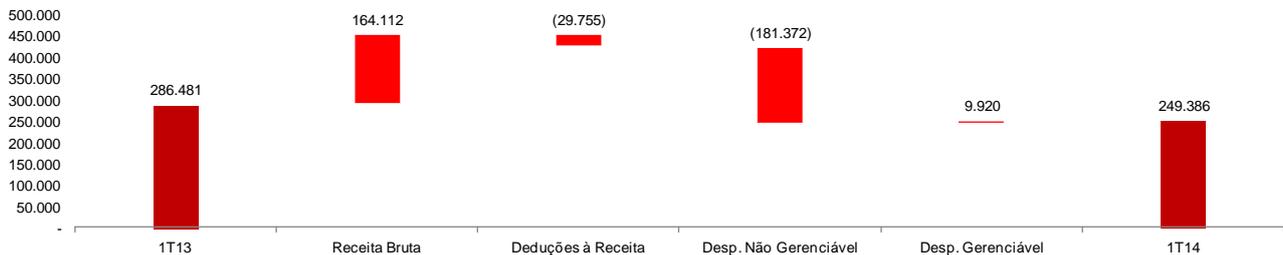
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*
Evolução 1T13 - 1T14



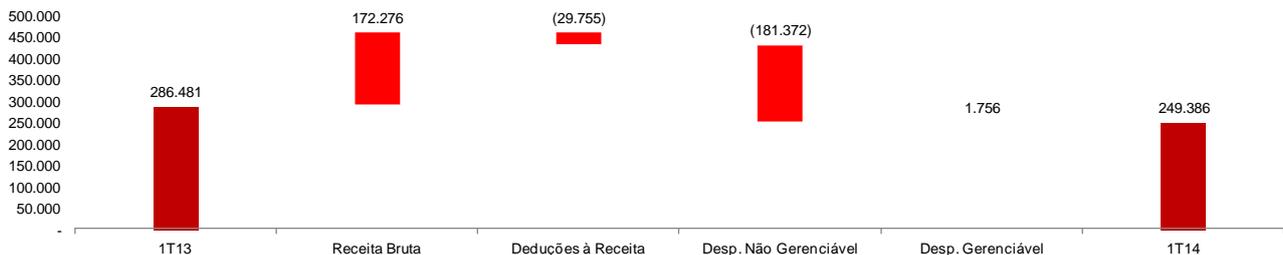
EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*
Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)*
Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)* s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)
Evolução 1T13 - 1T14



Com base nas variações expostas acima, o EBITDA da Ampla Energia no 1T14, atingiu o montante de R\$ 249 milhões*, o que representa um decréscimo de 12,9% em relação ao 1T13, cujo montante foi de R\$ 286 milhões* (-R\$ 37 milhões). A margem EBITDA da Companhia no 1T14 foi de 23,43%*, refletindo uma diminuição de 7,38 p.p. em relação ao 1T13, de 30,81%*.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Lucro Líquido do Período	144.665	159.157	-9,1%	202.654	-28,6%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE xx)	74.560	81.791	-8,8%	102.070	-27,0%
(+) Resultado Financeiro (NE xx)	(22.724)	1.971	< -100,0%	(87.493)	-74,0%
(=) EBIT	196.501	242.919	-19,1%	217.231	-9,5%
(+) Depreciações e Amortizações (NE xx)	52.885	43.562	21,4%	46.799	13,0%
(=) EBITDA	249.386	286.481	-12,9%	264.030	-5,5%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicação Financeira	5.243	913	>100%	5.559	-5,7%
Multas e Acréscimos Moratórios	14.274	14.270	0,0%	12.525	14,0%
Receita Ativo Indenizável	74.612	61.708	20,9%	56.663	31,7%
Outras Receitas Financeiras	21.047	3.002	>100%	103.604	-79,7%
Total - Receitas Financeiras	115.176	79.893	44,2%	178.351	-35,4%
Despesas financeiras					
Encargos de Dívidas	(30.378)	(24.773)	22,6%	(28.464)	6,7%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(12.535)	(11.814)	6,1%	(1.474)	>100,0%
Encargo de Fundo de Pensão	(11.630)	(11.007)	5,7%	(12.179)	-4,5%
Multas e Acréscimos Moratórios	(3.944)	(2.445)	61,3%	(15.517)	-74,6%
Variações Monetárias	(11.817)	(15.108)	-21,8%	(8.979)	31,6%
Indenizações DIC / FIC	(14.771)	(11.953)	23,6%	(8.165)	80,9%
IOF	(1.048)	(724)	44,8%	(3.210)	-67,4%
Outras Despesas Financeiras	(6.329)	(4.040)	56,7%	(12.870)	-50,8%
Total - Despesas Financeiras	(92.452)	(81.864)	12,9%	(90.858)	1,8%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	22.724	(1.971)	<-100,0%	87.493	-74,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

O resultado financeiro da Ampla Energia no 1T14 foi de R\$ 23 milhões, apresentando uma redução maior que 100,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que fechou em -R\$ 2 milhões(+R\$ 25 milhões). Esta variação é decorrente, principalmente, das seguintes variações:

Acréscimo de 44,0% (R\$ 115 milhões versus R\$ 80 milhões) nas receitas financeiras (+R\$ 35 milhões), principalmente, por:

- Incremento de R\$ 4 milhões em renda de aplicações financeiras (R\$ 5 milhões versus R\$ 1 milhão):
A variação explica-se pelo incremento do caixa médio no trimestre, passando de R\$ 22,1 milhões em 1T13 para R\$ 198,1 milhões no 1T14. Este aumento explica-se pelo efeito das captações ocorridas ao longo do ano de 2013, sendo R\$ 250 milhões em 3T13 e R\$ 235 milhões e 4T13. Considera-se ainda pagamento de dividendos no montante de R\$ 127 milhões em dezembro de 2013.
- Incremento de 20,9% (R\$ 75 milhões versus R\$ 62 milhões) na receita do ativo indenizável (+R\$ 13 milhões):
O incremento se deve, basicamente, a uma maior base de cálculo, devido aos investimentos e ativações ocorridas no período, sobre a qual incidiu a atualização pelo IGPM.

Incremento de 12,9% (-R\$ 92 milhões versus -R\$ 82 milhões) nas despesas financeiras (-R\$ 10 milhões), principalmente, por:

- Incremento de 22,6% (-R\$ 30 milhões versus -R\$ 25 milhões) nas variações monetárias (-R\$ 5 milhões):
Esta variação se deve, basicamente, ao incremento de 11,7% na dívida bruta da Companhia entre os trimestres comparados.
- Redução de 21,8% (-R\$ 12 milhões versus -R\$ 15 milhões) nas variações monetárias (+ R\$ 3 milhões):
Menor volume de dívidas indexadas ao IPCA devido ao pré-pagamento da 2ª Tranche da 5ª emissão de debêntures (R\$ 167 milhões). A Companhia encerrou o 1T14 com R\$ 577 milhões em dívidas indexadas ao IPCA enquanto que no 1T13 foram R\$ 713 milhões.

IR/CSLL

IR/CSLL (R\$ mil)

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
IR e CSLL	(74.560)	(81.791)	-8,8%	(102.070)	-27,0%
Total - IR/CSLL	(74.560)	(81.791)	-8,8%	(102.070)	-27,0%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

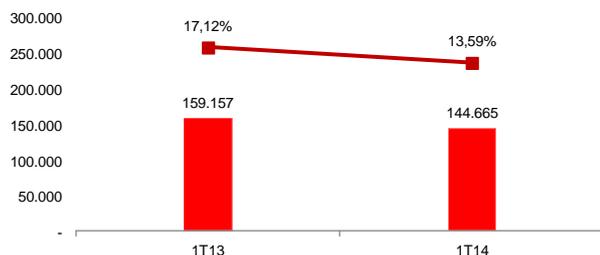
As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 4T13 registraram -R\$ 75 milhões, uma redução de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, de -R\$ 82 milhões (+R\$ 7 milhões), tendo em vista a redução da base de cálculo dos impostos.

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

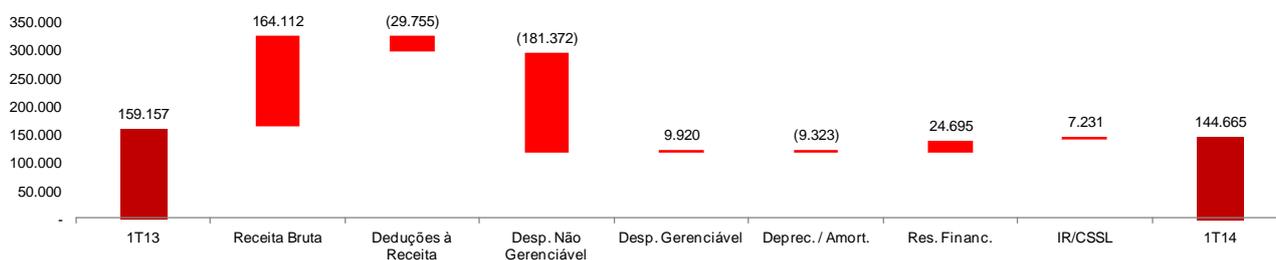
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

Evolução 1T13 - 1T14



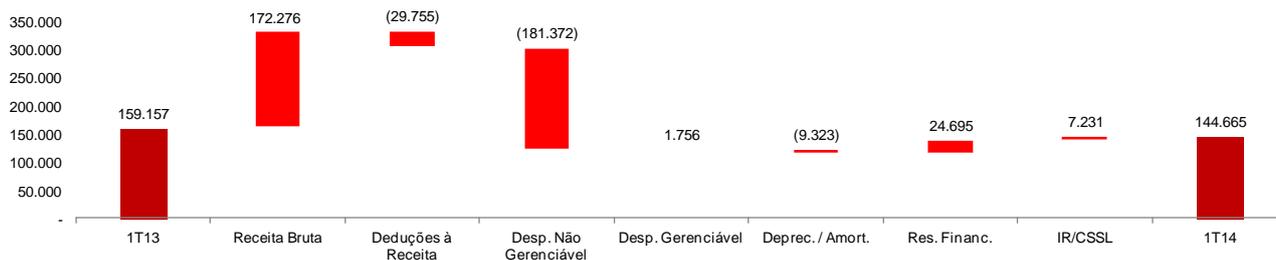
Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 1T13 - 1T14



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil) s/ variações de Receita e Custo de Construção (IFRIC 12)

Evolução 1T13 - 1T14



Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou no 1T14 um lucro líquido de R\$ 145 milhões, valor inferior em 9,1% ao registrado no 1T13, que foi de R\$ 159 milhões (-R\$ 14 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 1T14 alcançou 13,59%, um decréscimo de 3,53 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, de 17,12%.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.541.595	1.380.725	11,7%	1.526.026	1,0%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	211.474	33.620	>100%	236.986	-10,8%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.330.121	1.347.105	-1,3%	1.289.040	3,2%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	1,66	1,46	13,7%	1,58	5,1%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	8,04	8,08	-0,5%	8,78	-8,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,37	0,38	-3,7%	0,38	-2,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,38	-11,1%	0,34	-1,7%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o 1T14 em R\$ 1.542 milhões, um incremento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.381 milhões (+R\$ 161 milhões). Este incremento deve-se, basicamente, à: (i) captação de R\$ 130 milhões com o Banco do Brasil para reforçar o Capital de Giro, (ii) captações de dívidas com o BNDES no valor de R\$ 355 milhões, (iii) resgate antecipado total referente à 2ª série da 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 167 milhões, e (iv) amortização e liquidações de dívidas bancárias no montante de R\$ 186 milhões.

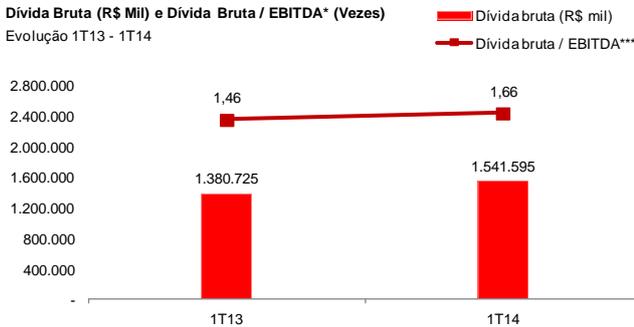
A Ampla Energia encerrou o 1T14 com o custo médio da dívida em 10,35% a.a., ou CDI + 1,49% a.a.*

* Valores não auditados pelos auditores independentes

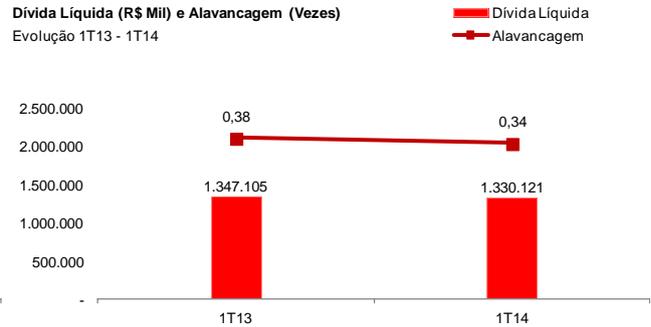
Comentário do Desempenho

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do *rating* corporativo da Companhia de brAA- para brAA (escala nacional) e de BB para BB+ (escala internacional) ambas com perspectiva estável, refletindo a melhora do perfil de risco financeiro da Companhia, bem como uma política financeira prudente e uma flexibilidade financeira adequada. Por outro lado, pressionando o *rating* encontra-se uma área de concessão desafiadora, métricas de perdas e qualidade relativamente fracas e o elevado plano de investimentos (com o objetivo de reduzir as perdas de energia) - o que pressiona a geração de caixa da Companhia.

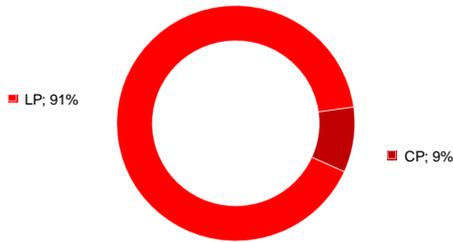
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezez)
Evolução 1T13 - 1T14



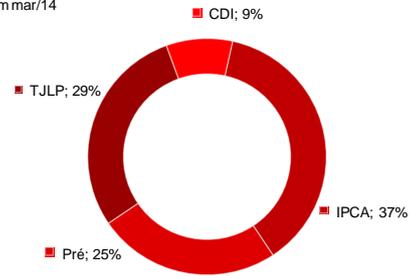
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 1T13 - 1T14



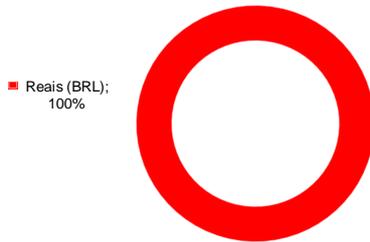
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/14



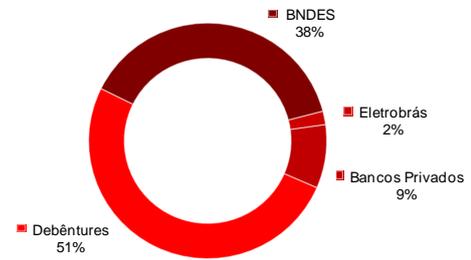
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/14



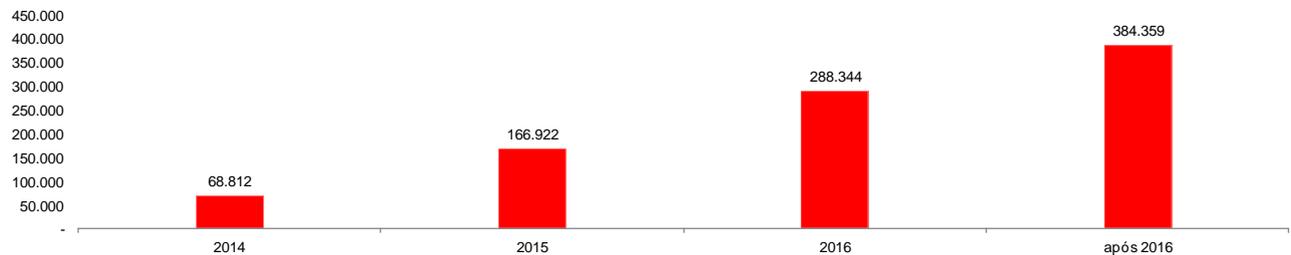
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/14



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/14



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/14



Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Novas Conexões	30.169	32.385	-6,8%	35.163	-14,2%
Rede	51.855	46.028	12,7%	98.721	-47,5%
Combate às Perdas	41.937	16.302	>100%	36.080	16,2%
Qualidade do Sistema Elétrico	6.311	20.775	-69,6%	46.417	-86,4%
Outros	3.607	8.951	-59,7%	16.224	-77,8%
Medidores	(11)	357	<-100,0%	739	<-100,0%
Outros (Non - Network)	9.292	2.917	>100%	14.417	-35,5%
Variação de Estoque	7.686	22.232	-65,4%	(23.494)	<-100,0%
Total Investido	98.991	103.919	-4,7%	125.546	-21,2%
Aportes / Subsídios	(6.222)	(1.706)	>100%	(739)	>100,0%
Investimento Líquido	92.769	102.213	-9,2%	124.807	-25,7%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

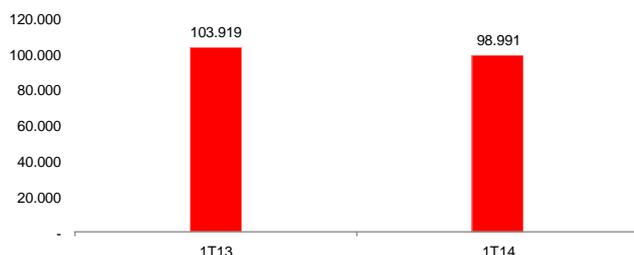
Os investimentos realizados pela Ampla Energia no 1T14 alcançaram R\$ 99 milhões*, um decréscimo de 4,7% (-R\$ 5 milhões) em relação ao 1T13, cujo montante foi de R\$ 104 milhões*.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia no 1T14 atingiram R\$ 93 milhões*, montante 9,2% inferior ao realizado no 1T13 (R\$ 102 milhões).

O maior volume, no 1T14, foi direcionado aos investimentos ao Combate às Perdas, que representou 42,4% (R\$ 41 milhões) de todo o valor investido no período mencionado (R\$ 99 milhões).

Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 1T13 - 1T14



Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

Composição no 1T14



Mercado de Capitais

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/MIL AÇÕES)*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Ordinárias - ON (CBEE3)	1,07	1,04	2,9%	1,29	-17,1%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

INDICADORES DE MERCADO*

	1T14	1T13	Var. %	4T13	Var. %(1)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)					
Cotação (R\$/mil ações)	1,07	1,04	2,9%	1,29	-17,1%
Média Diária de Negócios	2	1	100,0%	2	-
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	2.286	1.286	77,8%	2.500	-8,6%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	4.197	4.079	2,9%	5.060	-17,1%
Enterprise Value (EV(2)) (R\$ milhões)	5.527	5.427	1,8%	6.349	-12,9%
EV/EBITDA(3)	5,94	5,73	3,7%	6,56	-9,5%
Preço da Ação / Lucro por Ação(3) (P/L)	8,38	7,05	18,9%	9,82	-14,7%
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	1,60	1,84	-13,0%	2,04	-21,6%

(1) Variação entre 1T14 e 4T13

(2) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(3) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

O *free float* do Capital Social da Ampla (ações em livre negociação na BM&FBovespa) é de 0,36%, enquanto os demais 99,64% estão nas mãos do grupo controlador.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

A Ampla possui, atualmente, apenas um papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 1T14 teve uma média de 2 negócios diário e um volume financeiro diário médio de R\$ 2,3 mil.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou valorização (sem ajuste por proventos) de 2,9% nos últimos 12 meses até dezembro de 2013, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram desvalorizações de 10,5%. Ajustando-se as cotações pelos proventos deliberados, a valorização da ação ordinária (CBEE3) seria de 5,9%.

Em Assembleia Geral Ordinária – AGO, realizada em 22 de abril de 2014, foi deliberada a distribuição de R\$ R\$161.446.028,47 em dividendos, o que representa um **payout ratio de 25%** sobre o lucro líquido passível de distribuição e um **dividendo de R\$ 0,041158795 por lote de mil ações**, cujo pagamento será efetuado até o dia 31 de dezembro de 2013.

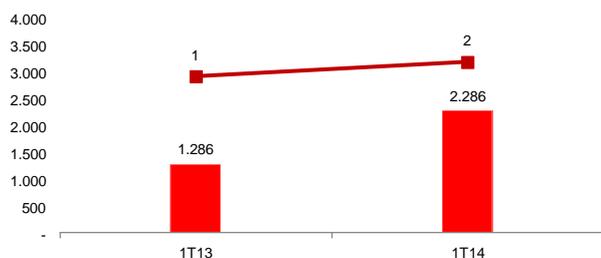
Em 01 de outubro de 2013, em decorrência de operação ocorrida no Chile, a sociedade Inversiones Sudamerica Limitada foi dissolvida e extinta de pleno direito por haver se tornado uma subsidiária integral da Enersis S.A. Em decorrência desta operação, todos os ativos de propriedade de Inversiones Sudamerica Limitada foram transferidos para a sua única acionista, a Enersis S.A., inclusive suas participações societárias na Endesa Brasil S.A., Ampla Energia e Serviços S.A. e Ampla Investimentos e Serviços S.A.

Em 21 de novembro de 2013 foi realizada operação de incorporação da Ampla Investimentos e Serviços S.A. e da Investluz S.A. pela Endesa Brasil S.A. Na mesma oportunidade, foi também aprovada a ampliação do limite da Reserva de Reforço de Capital de 80% (oitenta por cento) para 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 27, parágrafo primeiro, IV, do seu Estatuto Social.

Em 26 de novembro de 2013, foi realizada uma AGE da Companhia através das qual foi deliberado o aumento do capital social de R\$ 998.230.386,65 para R\$ 1.298.230.386,65, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva de Reforço de Capital de Giro (reserva de lucros estatutária), no valor de R\$ 300.000.000,00. Em consequência, foi alterado o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

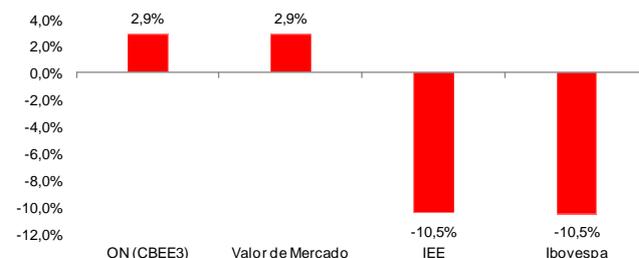
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 1T12 - 1T13



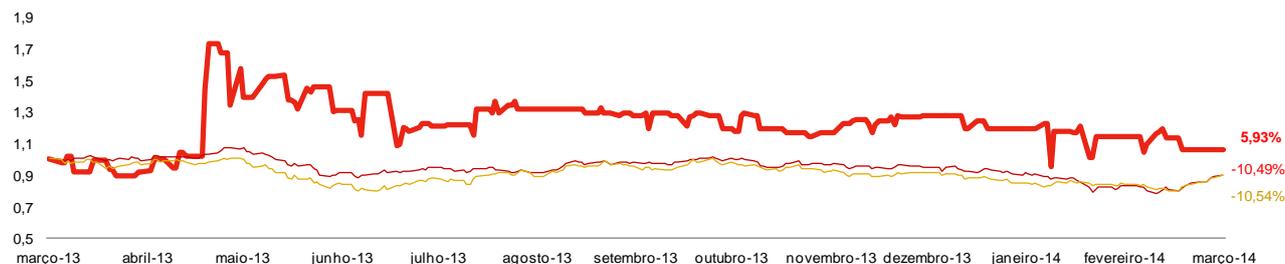
Indicadores de Mercado - Variação 12 meses (%)*

Dados até mar/14



Evolução diária CBEE3, IEE e IBOVESPA - base 1

Dados de 12 meses - até mar/14



Comentário do Desempenho

5

TEMAS RELEVANTES

3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

O Contrato de Concessão nº 05/1996, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla, define a data de 15 de março de 2014 para a realização da terceira revisão tarifária periódica.

Para o terceiro ciclo, a ANEEL reduziu o WACC de 9,95% para 7,50%, real e líquido de impostos, o que aponta no sentido de reduzir o valor a ser pago pelo consumidor a título de remuneração. Nesse mesmo sentido, o crescimento da BRL foi menor que a variação da receita verificada de Parcela B desde a última revisão tarifária. Esses dois efeitos combinados resultam em uma redução do valor a ser pago pelo consumidor a título de remuneração.

Preliminarmente, cabe esclarecer que a proposta apresentada a seguir contempla a adequação da regra de valoração do montante de reposição de energia elétrica nos processos tarifários das concessionárias de distribuição, de que trata a Resolução Normativa nº 421, de 30 de novembro de 2010, e da regra de cálculo do componente financeiro de repasse dos custos de sobrecontratação de energia, refletida no Submódulo 4.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret, discutidos no âmbito do processo 48500.001107/2011-21, bem como o valor das novas quotas anuais provisórias da CDE, para 2014, conforme Nota Técnica nº 103, de 7 de abril de 2014.

Conforme detalhado na Nota Técnica nº 112/2014-SRE/ANEEL, a revisão tarifária da Ampla conduz a um efeito tarifário médio para os consumidores cativos da distribuidora de 2,64% na data do aniversário.

O reposicionamento tarifário calculado foi de -3,49%. Ao reposicionamento tarifário foram adicionados os componentes financeiros³, que correspondem 4,52%, e foram subtraídos os componentes financeiros incluídos no reajuste tarifário anterior, correspondentes a -1,61%. Essas movimentações tarifárias combinadas resultam no efeito médio percebido pelos consumidores de 2,64% [-3,49% + 4,52% - (-1,61%)].

Decreto 8.203/14

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14 que alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrentes da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para a competência de janeiro de 2014.

Decreto 8.221/14

Em 2 de abril de 2014 foi publicado o Decreto 8.221/2014, instituindo a criação da, denominada, "CONTA-ACR", e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Endesa Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 9 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, publicadas na imprensa oficial em 21 de março de 2014, bem como com os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e regulamentados pela CVM. Essas informações trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

A autorização para emissão destas informações trimestrais ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos na compra de energia no mercado de curto prazo, assim como energia produzida por geradores térmicos, ocasionada por diversos fatores, tais como: (i) condições hidrológicas; (ii) redução da oferta decorrente de algumas usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13; (iii) pelo elevado custo da energia térmica por conta do nível de despacho utilizado atualmente pelas usinas; e (iv) ao atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração.

A Lei 12.783/2013 disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que inclui a neutralização da exposição de distribuição no mercado de curto prazo e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética, assim como criou novas fontes para o seu custeio, inclusive prevendo a possibilidade que sejam feitas operações de crédito para suprir fundos à CDE. Dessa forma, a Companhia entende que o direito legal dessa compensação de custos e receber caixa já existia em 31 de março de 2014, tendo em vista que, anteriormente, já existiam diversos normativos e evidências dentre as quais a Lei 10.438/02, Lei 12.783/13, Decreto 7.891/13, Decreto 7.945/13, e comunicados emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Minas e Energia, que suportavam o direito da Companhia em receber em caixa e no curto prazo tais valores de forma desvinculada de reajustes tarifários futuros.

Adicionalmente, em 2/4/2014 foi publicado o Decreto 8221/2014, instituindo a criação da, denominada, "CONTA-ACR", e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios-- Continuação

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, a serem repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. A CCEE liquidará esse compromisso financeiro com o recebimento das cotas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas cotas serão estabelecidas, futuramente, pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato.

A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, ocorreu de acordo com o período de competência (mesmo período em que os custos também foram incorridos) e totalizou R\$ 429.446 no trimestre findo em 31 de março de 2014, composto por: (i) R\$ 62.399 relativos ao mês de janeiro de 2014, recebido diretamente dos fundos da CDE em 11 de março de 2014, (ii) R\$ 207.550 relativos ao mês de fevereiro de 2014, recebidos através da CONTA-ACR, em 29 de abril de 2014, e (iii) pelo valor estimado pela Companhia de R\$ 159.497 relativos ao mês de março de 2014 e que se espera seja recebido durante o mês de maio de 2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e contas correntes bancárias	3.442	2.005
Aplicações financeiras	149.293	171.389
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>152.735</u>	<u>173.394</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

Descrição	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	25.013	24.478
Operações compromissadas	58.096	56.722
Total de aplicações diretas	<u>83.109</u>	<u>81.200</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	24.366	43.859
Operações compromissadas	41.818	46.330
Total de fundos de investimentos exclusivos	<u>66.184</u>	<u>90.189</u>
	<u>149.293</u>	<u>171.389</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	31/03/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>1.346</u>	<u>8.375</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	25.455	36.444
Cotas de fundos	30.187	16.203
Outros	1.751	2.570
	<u>57.393</u>	<u>55.217</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>58.739</u>	<u>63.592</u>

Através de fundos de investimentos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionáriosAnálise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Vincendos	Vencidos	Vencidos	Total	
		até 90 dias	há mais de 90 dias	31/03/2014	31/12/2013
Circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	137.684	103.104	23.870	264.658	215.019
Industrial	35.605	4.757	13.209	53.571	55.046
Comercial	49.026	21.387	19.582	89.995	86.288
Rural	10.907	1.910	1.819	14.636	13.535
Poder público iluminação pública	44.656	20.199	13.474	78.329	82.339
Serviço público	5.204	62	52	5.318	5.859
Revenda	7.416	-	-	7.416	5.461
Subtotal	290.498	151.419	72.006	513.923	463.547
Receita não faturada	139.093	-	-	139.093	153.075
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	4.136
Contas a receber com partes relacionadas (b)	51	-	-	51	54
Outros créditos	120	-	-	120	119
Subtotal	429.762	151.419	76.142	657.323	620.931
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(101.944)	(102.979)
Total circulante	429.762	151.419	76.142	555.379	517.952
Não circulante					
Parcelamento de débitos	79.622	-	-	79.622	73.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(55.969)	(52.141)
Total não circulante	79.622	-	-	23.653	21.469

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	(156.751)
(Adições)	(60.133)
Baixas	61.764
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(155.120)
(Adições)	(15.619)
Baixas	12.826
Saldos em 31 de março de 2014	(157.913)
Circulante	(101.944)
Não circulante	(55.969)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

a) Contas a receber com partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 22.

7. Consumidores baixa renda

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de março de 2014 é R\$ 10.507 (R\$ 20.388 em 31 de dezembro de 2013) relativo às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2014. A referida subvenção é calculada mensalmente pela Companhia e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho específico.

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 34.825 (R\$ 8.706 em 31 de dezembro de 2013) relativos às subvenções dos meses de dezembro de 2013 a março de 2014.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Tributos a compensar

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	8.965	-	7.861	-
ICMS	37.405	48.822	40.545	50.048
PIS e COFINS	55.715	27.000	136.006	26.829
Outros tributos	2.387	-	2.387	-
Total de tributos a compensar	104.472	75.822	186.799	76.877

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

Do total de crédito de ICMS, R\$ 74.839 em 31 de março de 2014 (R\$ 80.556 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS, sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses.

Os valores classificados no ativo não circulante na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

No ativo circulante estão classificadas as antecipações de PIS e COFINS relativas aos anos de 2008 a 2013 e as retenções de órgãos públicos conforme Lei nº 9.430/96, no valor de R\$ 6.303 em 31 de março de 2014 (R\$ 5.167 em 31 de dezembro de 2013) e o direito ao crédito referente a ação ordinária que defendia a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS, no valor de R\$ 49.412 em 31 de março de 2014 (R\$ 130.839 em 31 de dezembro de 2013). Até 31 de março de 2014 a Companhia efetuou a compensação desses créditos referentes a PIS e COFINS no montante de R\$81.427.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	31/03/2014		31/12/2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	31.954	-	-	-
Bradesco	CDB	-	129	27.564	-
Itaú	CDB	-	-	-	64
Total		31.954	129	27.564	64

As aplicações e depósitos em garantia correspondem a aplicações e valores vinculados a contratos de aquisição de energia elétrica. Em 31 de março de 2014 a Companhia possui registrado no ativo circulante o montante de R\$ 31.954 (R\$27.564 em 31 de dezembro de 2013) e no ativo não circulante o montante de R\$ 129 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2013), os quais se referem aos recursos retidos de fornecedores para constituição de garantias à Companhia, conforme cláusulas contratuais.

11. Energia livre e encargo emergencial

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativos						
Encargo emergencial	2.770	-	2.770	2.775	-	2.775
Passivos						
Energia livre	29.648	4.667	34.315	28.995	4.572	33.567
Encargo emergencial	875	-	875	874	-	874
Total de passivos	30.523	4.667	35.190	29.869	4.572	34.441

A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Outros créditos

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.528	3.496
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso (a)	75.395	72.683
Consumidores - serviços prestados (b)	71.642	69.923
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.795	2.795
Convênio de arrecadação (c)	10.084	25.885
Adiantamentos a empregados	4.396	3.232
Assistência médica aposentados	6.424	6.422
Adiantamentos a fornecedores	2.217	3.773
Créditos a receber de terceiros	8.139	6.262
Outros devedores	27.116	-
Total	217.394	200.129
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	(20.775)	(20.851)
Total	196.619	179.278

- (a) Serviço em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.
- (b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- (c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.
- (d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	(26.763)
Adições	(2.167)
Baixas	8.079
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(20.851)</u>
Adições	(3)
Baixas	79
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>(20.775)</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativo						
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	106.592	103.031	38.373	37.091	144.965	140.122
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.672	43.993	16.082	15.837	60.754	59.830
Provisão para perdas de estoque	225	283	84	102	309	385
Desreconhecimento de ativo regulatório	52.478	34.279	18.893	12.341	71.371	46.620
Benefício pós emprego	92.279	92.279	33.218	33.218	125.497	125.497
Swap	2.350	2.350	846	846	3.196	3.196
Outras provisões	4.361	3.837	1.573	1.384	5.934	5.221
Total de tributos diferidos ativos	302.957	280.052	109.069	100.819	412.026	380.871
Passivo						
Diferenças temporárias						
Ativo indenizável (concessão)	151.874	133.221	54.882	48.166	206.756	181.387
SWAP	5.864	5.687	2.111	2.047	7.975	7.734
Total de tributos diferidos passivos	157.738	138.908	56.993	50.213	214.731	189.121
Tributos diferidos						
Ativos (passivos) diferidos	145.219	141.144	52.076	50.606	197.295	191.750

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Tributos diferidos--Continuação

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2012	389.237	119.111
Adições ao resultado do exercício	416.176	137.690
Reduções do resultado do exercício	(393.956)	(75.414)
Outros resultados abrangentes	(30.586)	7.734
Saldos em 31 de dezembro de 2013	380.871	189.121
Adições ao resultado do período	136.216	26.770
Reduções do resultado do exercício	(105.061)	(1.401)
Outros resultados abrangentes	-	241
Saldos em 31 de março de 2014	412.026	214.731

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/03/2014	31/12/2013
2014	42.893	41.636
2015	32.241	31.682
2016	32.164	31.606
2017	32.493	31.929
2018 a 2020	98.811	97.101
2021 a 2023	173.424	146.917
Total	412.026	380.871

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Depósitos vinculados a litígios

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas	150.588	148.098
Cíveis	32.298	31.109
Fiscais	1.773	1.755
Total	<u>184.659</u>	<u>180.962</u>

15. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.032.063
Transferências do ativo intangível	168.069
Receita financeira - ativo indenizável	<u>183.165</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.383.297
Transferências do ativo intangível	12.078
Receita financeira - ativo indenizável	<u>74.612</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>1.469.987</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Ativo indenizável (concessão)--Continuação

Valor novo de reposição – Lei nº 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP nº 579/12”), que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

16. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.031.836	(1.718.024)	(252.569)	2.061.243	610.593	(38.761)	571.832	2.633.075
Adições	-	-	-	-	449.886	(5.680)	444.206	444.206
Baixas	(226.149)	145.997	-	(80.152)	-	-	-	(80.152)
Amortização	-	(223.548)	10.929	(212.619)	-	-	-	(212.619)
Transferências	571.420	-	(231)	571.189	(571.420)	231	(571.189)	-
Transferências para o ativo indenizável	(168.069)	-	-	(168.069)	-	-	-	(168.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.209.038	(1.795.575)	(241.871)	2.171.592	489.059	(44.210)	444.849	2.616.441
Adições	-	-	-	-	97.981	(6.221)	91.760	91.760
Baixas	(12)	1	-	(11)	-	-	-	(11)
Amortização	-	(54.779)	3.370	(51.409)	-	-	-	(51.409)
Transferências	38.103	-	-	38.103	(38.103)	-	(38.103)	-
Transferências para o ativo indenizável	(12.078)	-	-	(12.078)	-	-	-	(12.078)
Saldo em 31 de março de 2014	4.235.051	(1.850.353)	(238.501)	2.146.197	548.937	(50.431)	498.506	2.644.703

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifário e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma não linear até o fim do contrato de concessão.

A estimativa referente à vida útil é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Intangível--Continuação

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009, com base em uma taxa média de 4,43%.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob a administração da concessionária.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Resolução Normativa ANEEL nº 367/09

A Resolução Normativa ANEEL nº 367/09 ("Resolução nº 367/09"), de 2 de junho de 2009, não foi implementada pela Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2014, conforme requerido pelo Ofício nº 43/2013-SFF/ANEEL. A expectativa da Administração é de que referida resolução seja efetivamente implementada até 31 de outubro de 2014.

Com base em sua melhor avaliação, a Administração não possui expectativa que efeitos materiais surjam em suas demonstrações financeiras com a implementação da Resolução nº 367/09.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Fornecedores

	31/03/2014	31/12/2013
Suprimento de energia elétrica		
Compra de energia	595.869	261.429
Encargo de uso da rede	12.760	9.782
Diferencial Eletronuclear	21.630	23.596
Partes relacionadas (a)	3.259	2.657
Materiais e serviços	113.982	140.360
Total	<u>747.500</u>	<u>437.824</u>
Circulante	735.702	426.026
Não circulante	11.798	11.798

(a) Partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na Nota 22.

18. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BNDES (Finame) (a)	2	1.330	-	3	1.884	-
BNDES (Capex 2011) (b)	239	10.139	63.369	265	10.139	65.904
BNDES (Capex 2011) (b)	245	19.305	62.742	278	19.305	67.568
BNDES (Capex 2011) (b)	274	19.305	62.742	311	19.305	67.568
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	85	6.223	67.762	91	4.149	69.836
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	411	17.559	122.915	440	11.706	128.768
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	462	17.559	122.915	495	11.706	128.768
Eletrobras (d)	3	2.940	13.129	3	2.940	13.865
Eletrobras (e)	2	2.652	9.255	2	2.650	9.917
Banco do Brasil S.A (g)	3.739	-	100.000	1.142	-	100.000
Banco do Brasil S.A (g)	1.027	-	30.000	251	-	30.000
Total	<u>6.489</u>	<u>97.012</u>	<u>654.829</u>	<u>3.281</u>	<u>83.784</u>	<u>682.194</u>

			Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
	Início	Vencimento			
BNDES (Finame) (a)	15/01/2010	15/10/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,5%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Eletrobrás (d)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6%
Eletrobrás (e)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7%
Conta Garantida Banco Itaú S.A. (f)	18/04/2012	03/10/2014	Variável	-	CDI + 1,82%
Conta Garantida Banco Santander (f)	17/03/2014	16/05/2016	Variável	-	CDI + 1,80%
Conta Garantida Banco Itaú S.A. (f)	23/12/2011	23/12/2014	Variável	-	0,88%
Conta Garantida Banco Bradesco (f)	02/01/2014	02/04/2014	Variável	-	CDI + 2,32%
Banco do Brasil S.A (g)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A (g)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R\$ 331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.
- c) BNDES Capex 2012/2013: Financiamento, no montante de R\$ 450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 30 de março de 2014 a Companhia havia sacado 79% do valor contratado.
- d) Eletrobras – Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobras – Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Contratos contraídos devido à necessidade de capital de giro da Companhia.
- g) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro da companhia na utilização de amortização de dívidas anteriores.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2014:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/03/2014	31/12/2013
2015	82.096	109.462
2016	109.332	109.332
2017	152.278	152.278
2018	131.593	131.592
2019	110.180	110.180
Após 2019	69.350	69.350
Total não circulante	654.829	682.194

Variação dos indexadores da dívida em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Indexador	31/03/2014	31/12/2013
IPCA	6,15%	5,91%
IGP-M	7,30%	5,51%
TJLP	5,00%	5,00%
CDI	8,90%	8,06%

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	176.967	278.491	455.458
Captações	-	519.565	519.565
Encargos provisionados	41.851	-	41.851
Transferências	115.862	(115.862)	-
Amortizações	(206.624)	-	(206.624)
Encargos pagos	(40.991)	-	(40.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	87.065	682.194	769.259
Encargos provisionados	15.076	-	15.076
Transferências	27.365	(27.365)	-
Amortizações	(14.137)	-	(14.137)
Encargos pagos	(11.868)	-	(11.868)
Saldos em 31 de março de 2014	103.501	654.829	758.330

19. Debêntures

	31/03/2014			31/12/2013		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
1ª série - 6ª emissão	3.655	-	117.000	490	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	13.314	-	214.041	8.972	-	209.480
1ª série - 7ª emissão	3.071	-	100.000	411	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	15.818	-	334.213	10.683	-	327.093
(-) Custo a amortizar	-	(1.099)	(2.690)	-	(1.084)	(2.929)
Total sem efeito de swap	35.858	(1.099)	762.564	20.556	(1.084)	750.644
Resultado das operações de swap	-	(934)	(13.124)	-	(93)	(13.256)
Total de debêntures	35.858	(2.033)	749.440	20.556	(1.177)	737.388

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2012	71.743	828.956	900.699
Amortização	(167.031)	-	(167.031)
Encargos provisionados	68.340	-	68.340
Encargos pagos	(67.006)	-	(67.006)
Variação monetária	-	36.101	36.101
Transferência de prazos	112.428	(112.428)	-
Custo de transação amortizado	1.122	322	1.444
Resultado de swap	(217)	(15.563)	(15.780)
Em 31 de dezembro de 2013	19.379	737.388	756.767
Encargos provisionados	15.302	-	15.302
Variação monetária	-	11.681	11.681
Custo de transação amortizado	(15)	239	224
Resultado de swap	(841)	132	(709)
Em 31 de março de 2014	33.825	749.440	783.265

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Debêntures--Continuação

Características das emissões:

Características	6ª emissão	6ª emissão
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,20%a.a	IPCA+7,90%a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão	7ª emissão
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02%a.a	IPCA+6,00%a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de março de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. A operação possui swap para 100% da tranche em CDI.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Debêntures--Continuação

7ª Emissão--Continuação

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de março de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
6ª Emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do *swap*:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 6ª emissão	58.500	58.500	-	-	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	-	71.347	71.347	71.347	-	214.041
1ª série - 7ª emissão	-	50.000	50.000	-	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	-	-	111.405	111.404	111.404	334.213
(-) Custo de transação	(776)	(835)	(669)	(410)	-	(2.690)
Total a amortizar	57.724	179.012	232.083	182.341	111.404	762.564

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Obrigações fiscais

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	32.943	69.089
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	7.236
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	32.073	20.915
Programa de integração social - PIS	6.841	4.409
Imposto sobre serviços - ISS	1.087	1.326
INSS s/ terceiros	5.690	5.330
Outros	2.024	1.975
Total	<u>80.658</u>	<u>110.280</u>

21. Parcelamento especial

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. Essa dívida foi liquidada em janeiro de 2014 e, por isso, o saldo é nulo em 31 de março de 2014 (R\$ 489 em 2013).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECF). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de março de 2014 é de R\$ 996 (R\$ 1.128 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Parcelamento especial--Continuação

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/03/2014			31/12/2013		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	489	1.128	1.617	6.245	1.717	7.962
(-) Pagamentos	(583)	(195)	(778)	(6.890)	(752)	(7.642)
(+) Atualização	94	62	156	1.134	163	1.297
Saldo final	-	995	995	489	1.128	1.617
Circulante	-	770	770	489	752	1.241
Não circulante	-	225	225	-	376	376
Total do passivo	-	995	995	489	1.128	1.617

22. Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

Natureza da operação	31/03/2014			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (Despesa)
Fundação Brasiletros (a)	-	-	398.324	(11.938)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (b)	-	337	-	(804)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)	-	867	-	(2.154)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	51	-	-	146
Enel Energy (e)	-	2.055	-	(1.077)
	51	3.259	398.324	(15.827)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(398.324)	-
Partes relacionadas	51	3.259	-	(15.827)
	31/12/2013			31/03/2013
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (Despesa)
Fundação Brasiletros (a)	-	-	393.339	(11.386)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (b)	-	298	-	(740)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A (c)	-	772	-	(1.949)
EN-Comercio e Serviço S.A (PRATIL) (d)	54	-	-	-
Enel Energy (e)	-	1.587	-	-
	54	2.657	393.339	(14.075)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(393.339)	-
Partes relacionadas	54	2.657	-	(14.075)

* Esses valores são classificados como contas a receber, fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 6, 17 e 24).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS.

b) CIEN - Companhia de Interconexão Energética

As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Os saldos incorridos com a CIEN estão relacionados com as despesas com a Rede Básica no período.

c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão no 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº147, de 23 de fevereiro de 2005.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

c) CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.--Continuação

Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31 de dezembro de 2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios.

Os saldos com a CDSA se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia.

d) EN-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil")

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. A "comissão" cobrada pela Companhia está estipulado no contrato de serviço de arrecadação.

e) Enel Energy

A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 1.783 (R\$ 1.516 em 31 de março de 2013).

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Benefícios de curto prazo	1.770	1.508
Benefícios pós-emprego	13	8
Total	<u>1.783</u>	<u>1.516</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Programas de P&D e de eficiência energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A composição dos saldos desses passivos é apresentada a seguir:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de eficiência energética - PEE	28.354	24.755	28.333	19.830
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.964	10.425	14.964	8.441
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(184)	-	(95)	-
Empresa de pesquisa energética - EPE	(99)	-	(55)	-
Total	43.035	35.180	43.147	28.271

O saldo negativo de MME e EPE se refere a valores pagos a maior e que poderão ser compensados posteriormente.

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de março de 2014, no montante de R\$ 398.324 (R\$ 393.339 em 31 de dezembro de 2013), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. Esse montante inclui um contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado no plano PCA seria pago e amortizado em um prazo de 20 anos, com juros de 6% ao ano, acrescido da inflação medida pelo INPC.

A Companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem "Outros resultados abrangentes".

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Obrigações com benefícios pós-emprego--Continuação

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Custo do serviço corrente	308	379
Custo dos juros líquidos	11.630	11.007
Total de despesas	<u>11.938</u>	<u>11.386</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

<u>Principais premissas atuariais</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>PAMA</u>	<u>FGTS</u>
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	12,35%	12,39%	12,44%	11,95%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A

Para avaliação atuarial do trimestre findo em 31 de março de 2014, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 8,66% a.a. (3,00% a.a. em termos reais).

Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging fator*) de 3,00% a.a.. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. para o trimestre findo em 31 de março de 2014. Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade nula.

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	31/12/2012		31/12/2013		
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	155.112	1.650	8.906	(11.187)	154.481
Cíveis (b)	214.612	43.772	33.521	(55.305)	236.600
Fiscais (c)	27.187	(1.562)	3.138	(1.416)	27.347
Total	396.911	43.860	45.565	(67.908)	418.428

	31/12/2013		31/03/2014		
	Saldo acumulado	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	154.481	1.242	2.931	(1.150)	157.504
Cíveis (b)	236.600	7.543	9.488	(5.181)	248.450
Fiscais (c)	27.347	615	116	(1.358)	26.720
Total	418.428	9.400	12.535	(7.689)	432.674

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas, além de outras questões como perdas salariais, reintegração, vínculo empregatício, horas extras, acidente de trabalho, diferenças salariais, adicional de periculosidade, diferença de FGTS, questões previdenciárias e outros.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Provisões com risco provável--Continuação

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de março de 2014 de R\$ 10.267 (R\$ 10.154 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Autos de Infração lavrados pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligências realizadas em 2012, constituir provisões equivalentes a 40% e 20%, respectivamente, das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de março de 2014 de R\$ 5.744 (valor total do auto de R\$ 14.361), e de R\$ 371 (valor total do auto R\$ 1.857).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Trabalhistas (a)	397.726	388.312
Cíveis (b)	511.955	506.983
Fiscais (c)	1.645.195	1.428.812
Juizados especiais	135.027	122.255
	<u>2.689.903</u>	<u>2.446.362</u>

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em decisão de 2ª instância a Companhia obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração. Os embargos apresentados pela Companhia não foram aceitos. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa e seguirá discutindo o tema através de ação judicial. Em 30 de janeiro de 2014 a União Federal/Fazenda Nacional apresentou execução fiscal. Em 27 de março de 2014 a Companhia ofereceu garantia nos autos da execução fiscal.

O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 1.031.000 (R\$ 846.944 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

COFINS - Auto de Infração período pós-imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 5 de maio de 2010. O Recurso Especial apresentado pela Fazenda teve provimento negado, mantendo-se a decisão de segunda instância que afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras em aproximadamente R\$70.000. Consequentemente, restou decidido contra a Companhia a não tributação da receita de venda de energia no período de final de dez/2001 a mar/2002. Para esta parte a Companhia seguirá discutindo o tema através de ação judicial.

Em 14 de março de 2014, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2014, é de R\$ 138.000 (R\$ 113.591 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Companhia o recurso administrativo apresentado. Em 1 de novembro de 2010 a Companhia apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 9 de maio 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, a Companhia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 1º de novembro de 2012. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa e obteve medida liminar. O Estado do Rio de Janeiro apresentou recurso questionando a garantia apresentada, o qual foi julgado procedente. Ampla recorreu dessa decisão. Em razão da decisão desfavorável que não aceitou o seguro garantia, a Companhia substituiu a garantia por fiança bancária O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 236.135 (R\$ 232.348 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui 4 Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Em relação ao primeiro auto de infração a Ampla obteve decisão de segunda instancia parcialmente favorável. Em 05/04/2013, a Ampla apresentou recurso ao Conselho Pleno. Para o 2º auto de infração a Companhia obteve decisão de segunda instância favorável e foi apresentado recurso ao Conselho Pleno pela Fazenda Pública que aguarda decisão. Para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento, em julgamento ocorrido em fevereiro de 2013 foi determinada a conversão do julgamento em diligencia para reapuração dos valores objeto do auto de infração excluindo-se os créditos indevidamente glosados. Aguarda-se julgamento após o término da diligência.

Os valores atualizados dos 4 autos em 31 de março de 2014 montam, respectivamente, R\$ 8.651 (valor total do auto R\$ 14.418), R\$ 1.581 (valor total do auto R\$ 1.976), R\$ 25.015 e R\$ 51.304 (R\$8.617, R\$ 1.485, R\$ 24.695 e R\$ 50.138 respectivamente em 31 de dezembro de 2013). Em relação aos dois primeiros autos de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013, de, respectivamente, R\$ 5.767 e R\$ 395, equivalente a 40% e 20% das autuações por entender que a probabilidade de perda destes percentuais é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado--Continuação

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro de 1998 a março de 1999 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de março de 2014 de R\$ 17.752 (R\$ 17.498 em 31 de dezembro de 2013). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Companhia.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 17.604 (R\$ 17.387 em 31 de dezembro de 2013).

ICMS - Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de março de 2014 de R\$ 13.129 e R\$ 14.221 (R\$ 12.939 e R\$14.024 em 31 de dezembro de 2013), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro de 1998 a agosto de 2000. Em relação aos dois processos, a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado após sentença desfavorável.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências passivas com risco possível--Continuação

c) Riscos fiscais--Continuação

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores.

A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto. Em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instancia administrativa negando provimento à impugnação. Foi apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes e aguarda-se julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 26.621 (R\$ 26.059 em 31 de dezembro de 2013).

Taxa de uso de solo

A Companhia possui sete execuções fiscais que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de março de 2014 de R\$ 28.531 (R\$ 28.015 em 31 de dezembro de 2013). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em 6 Execuções Fiscais.

Na execução fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 após decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Companhia, o Município de Niterói apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme composição acionária abaixo.

Acionista	31/03/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.839.121.933.344	46,90	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	838.778.795.523	21,38	838.778.795.523	21,38
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34	405.768.824.339	10,34
Outros	14.238.838.779	0,36	14.238.838.779	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00	3.922.515.918.446	100,00

Por deliberação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2013, foi aprovada o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 300.000 mediante a capitalização de parte da reserva de reforço de capital de giro.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de energia, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Outros resultados abrangentes

O CPC 38 determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de março de 2014 o montante líquido de R\$ 468 (R\$ 1.189 em 31 de março de 2013) na rubrica de outros resultados abrangentes.

26. Lucro por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período findo em 31 de março de 2014 e 2013.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro líquido	144.665	159.157
Número de ações	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	0,03688	0,04058

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 ações ordinárias.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

28. Receita Líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não revisado)		(Não revisado)			
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento faturado						
Residencial	2.274.074	2.195.327	1.423.430	1.253.028	755.831	652.566
Industrial	4.667	4.688	252.500	252.584	98.390	95.881
Comércio, serviços e outras	148.829	146.971	616.125	571.924	299.123	278.611
Rural	65.074	63.414	69.670	61.211	18.981	16.682
Poder público	13.932	13.505	143.691	130.333	69.696	65.974
Iluminação pública	1.450	1.426	128.585	125.193	35.678	33.957
Serviços públicos	1.479	1.325	89.504	80.531	23.757	21.615
	2.509.505	2.426.656	2.723.504	2.474.804	1.301.456	1.165.286
Fornecimento não faturado					(13.982)	(42.521)
Consumidores, concessionários e permissionários					1.287.474	1.122.765
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	11.942	6.305
Baixa renda	-	-	-	-	15.884	17.140
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-	26.119	14.792
Disponibilidade da rede elétrica		13		104.935	43.958	50.343
Receita de construção	-	-	-	-	91.760	99.924
Outras receitas	-	-	-	-	15.945	17.701
Receita operacional bruta					1.493.082	1.328.970
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(338.963)	(301.690)
PIS	-	-	-	-	(12.770)	(13.429)
COFINS	-	-	-	-	(58.818)	(61.853)
ISS	-	-	-	-	(1.219)	(1.162)
Encargo Setorial CCC/CDE	-	-	-	-	(7.273)	(12.650)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(9.782)	(8.056)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	-	(230)
Total de deduções de receita					(428.825)	(399.070)
Total	2.509.505	2.426.669	2.723.504	2.579.739	1.064.257	929.900

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais

Descrição	31/03/2014			31/03/2013	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(22.936)	-	(14.472)	(37.408)	(37.752)
Material	(1.332)	(1.183)	(97)	(2.612)	(3.098)
Serviços de terceiros	(73.326)	(2.269)	(13.232)	(88.827)	(83.218)
Energia elétrica comprada para revenda	(491.853)	-	-	(491.853)	(320.165)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(55.192)	-	-	(55.192)	(59.648)
Encargos de serviços do sistema	(10.421)	-	-	(10.421)	4.006
Custos na desativação de bens	(30)	-	12	(18)	(3.243)
Depreciação e amortização	(51.445)	-	(1.440)	(52.885)	(43.562)
PCLD clientes - líquidas	-	(15.622)	-	(15.622)	(19.176)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(9.400)	(9.400)	(10.648)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(1.879)	-	-	(1.879)	(2.166)
Custo de construção	(91.760)	-	-	(91.760)	(99.924)
Outros custos operacionais	(4.018)	-	(5.861)	(9.879)	(8.387)
Total	(804.192)	(19.074)	(44.490)	(867.756)	(686.981)

Despesa de pessoal	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	(22.390)	(19.836)
Encargos sociais	(9.782)	(9.158)
Provisão de férias e 13º salário	(2.382)	(2.748)
Plano de saúde	(2.840)	(4.006)
Previdencia Privada	(1.360)	(727)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(2.557)	(2.394)
Participação nos resultados	(2.695)	(2.855)
Outros	(1.079)	(2.457)
(-) Transferências para intangível em curso	7.677	6.429
Total	(37.408)	(37.752)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

29. Custos e despesas operacionais--Continuação

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(66.944)	(57.287)
Enertrade comercializadora de energia S.A.	(12.585)	(11.918)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(63.315)	(68.315)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(208.580)	(155.842)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit	(20.396)	(20.168)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(14.779)	(13.683)
Cotas de garantia física	(24.465)	(20.314)
Recuperação despesa térmicas	2.756	-
Recuperação despesa compra energia	-	83.341
Risco hidrológico	23.805	(43.096)
Recuperação despesa risco hidrológico	(17.143)	43.096
Exposição involuntária	(528.268)	(134.511)
Recuperação despesa exposição involuntária	440.702	92.943
Outros	(2.641)	(14.411)
	(491.853)	(320.165)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede básica	(28.264)	(22.182)
Contratos de uso do sistema de distribuição – CUSD	(22.718)	(32.486)
Encargos de conexão	(2.401)	(3.327)
Outros encargos	(1.809)	(1.653)
	(55.192)	(59.648)
Outros custos com Energia		
Encargo do serviço do sistema - ESS	(10.421)	(25.670)
Recuperação despesa encargo do serviço do sistema - ESS Aporte CDE	-	29.676
Encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	-	(55.519)
Recuperação despesa encargo de segurança energética - ESS Seg. Energética	-	55.519
	(10.421)	4.006
Total	(557.466)	(375.807)

Notas Explicativas**Ampla Energia e Serviços S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Resultado financeiro

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	5.243	913
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	14.274	14.270
Variações monetárias diversas	3.954	2.808
Receita de ativo indenizável	74.612	61.708
Outras receitas financeiras, líquida	17.093	194
Total da receita financeira	<u>115.176</u>	<u>79.893</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(15.076)	(8.705)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12.535)	(11.814)
Encargo de fundo de pensão	(11.630)	(11.007)
Multas	(3.944)	(2.445)
Variações monetárias debêntures	(11.681)	(14.801)
Variações monetárias diversas	(136)	(307)
Juros debêntures	(15.302)	(16.068)
Custo de transação	(267)	(320)
Indenizações DIC / FIC	(14.771)	(11.953)
Correção P&D / PEE	(61)	(91)
IOF	(1.048)	(724)
Outras despesas financeiras, líquida	(6.001)	(3.629)
Total da despesa financeira	<u>(92.452)</u>	<u>(81.864)</u>
Resultado financeiro	<u>22.724</u>	<u>(1.971)</u>

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/03/2014		31/03/2013	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	219.225	100%	240.948	100%
Alíquota nominal	74.537	34%	81.922	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	317	0,43%	187	0,23%
Depreciação Lei 8.200	68	0,09%	48	0,06%
	385		235	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	(356)	(0,48%)	(360)	(0,44%)
Adicional do IRPJ	(6)	(0,01%)	(6)	(0,01%)
	(362)		(366)	
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	80.346	36,65%	49.939	20,73%
IRPJ/CSLL diferidos no resultado	(5.786)	(2,64%)	31.852	13,22%
	74.560	34,01%	81.791	33,95%

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação.

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos *covenants* financeiros.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 18 e 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do trimestre findo em 31 de março de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida	1.541.595	1.526.026
Caixa e saldos de bancos (inclusive títulos e valores mobiliários)	(211.474)	(236.986)
Dívida líquida (a)	1.330.121	1.289.040
Patrimônio líquido (b)	2.625.958	2.480.825
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	34%	34%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 18 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía 76,64% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 58,87% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 16,18% das dívidas variáveis (14,68% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2014, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de swap no montante de R\$14.058.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as taxas de juros e índices de inflação do 1º trimestre de 2014 fossem iguais aos índices projetados para o próximo trimestre, disponíveis na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA):

31/03/2014	Aumento / Redução em percentual	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	(0,27%)	(86)	(86)
IPCA	(5,11%)	(204)	(204)
Total		(290)	(290)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2014						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.150	4.337	26.450	116.631	65.684	215.252
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.294	15.185	101.329	522.869	110.378	754.055
Debêntures	-	49.305	12.822	833.226	120.089	1.015.442
	6.444	68.827	140.601	1.472.726	296.151	1.984.749
31 de dezembro de 2013						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.195	4.914	24.672	119.069	71.515	222.365
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	4.386	14.461	79.886	535.497	152.250	786.480
Debêntures	-	-	61.012	821.538	117.689	1.000.239
	6.581	19.375	165.570	1.476.104	341.454	2.009.084

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2014						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	(793)	(899)	(6.298)	-	(7.990)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	(1.280)	(1.418)	(4.205)	-	(6.903)
	-	(2.073)	(2.317)	(10.503)	-	(14.893)
31 de dezembro de 2013						
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(728)	(1.263)	-	(1.991)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(972)	(1.995)	-	(2.967)
	-	-	(1.700)	(3.258)	-	(4.958)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 quanto à utilização da conta:

	Conta Garantida	31/03/2014	31/12/2013
Contratada		250.000	250.000
Utilizada		-	-

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/03/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	152.735	152.735	173.394	173.394
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	58.739	58.739	63.592	63.592
Calções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	32.083	32.083	27.628	27.628
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	579.032	579.032	539.421	539.421
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.469.987	1.469.987	1.383.297	1.383.297
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	758.330	748.031	769.259	757.378
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	797.323	796.116	770.116	770.116
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	747.500	747.500	437.824	437.824
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	(14.058)	(14.058)	(13.349)	(13.349)

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- ▶ Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- ▶ Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2014 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(337)	(7.451)	(7.114)
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	(597)	(6.607)	(6.010)

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de março de 2014.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de março de 2014 haviam 2 (dois) contratos de swap CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

Instrumento financeiro derivativo--Continuação

Em 31 de março de 2014, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de referência	
					Moeda local	
					31/03/2014	31/12/2013
Contratos de swaps:						
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/12	16/06/17	CDI + 1,02% ^{aaa} 10,05% aa	(7.451)	(7.224)
Valor	HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/12	15/06/16	CDI + 1,20% ^{aaa} 9,59% aa	(6.607)	(6.125)

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

32. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008--Continuação

Indexador do contrato	31/03/2014	Cenário + 25%	Cenário + 50%
CDI	15.099	18.645	22.108
IPCA	69.757	77.502	85.153
TJLP	29.799	34.034	38.225
FIXO	8.988	8.988	8.988
Total	<u>123.643</u>	<u>139.169</u>	<u>154.474</u>

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	31/03/2014	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª e 7ª emissões	26.010	31.556	36.979
Swap Ponta Ativa	(26.010)	(31.556)	(36.979)
Swap Ponta Passiva	19.268	19.268	19.268
Total	<u>19.268</u>	<u>19.268</u>	<u>19.268</u>

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

33. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência até	2014	2015	2016	2017	Após 2017
Angra	2032	57.966	60.918	63.391	65.952	1.382.262
Bilateral	2022	50.980	53.839	56.488	58.920	337.918
CCGF	2032	98.740	103.769	108.322	112.344	2.356.634
ITAIPU	2023	260.704	261.858	258.504	254.134	1.561.853
Proinfa	2030	63.979	67.237	69.967	72.794	1.265.720
CCEAR 2006	2013	-	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	42.745	-	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	50.891	53.342	-	-	-
CCEAR 2008 - Energia Nova	2037	2.173	2.275	2.377	2.465	77.079
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022	19.204	20.110	20.999	21.791	123.089
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	47.222	49.603	51.875	-	-
CCEAR 2009 - Energia Nova	2038	27.288	28.577	29.854	30.968	1.039.858
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023	38.322	40.130	41.903	43.484	300.875
CCEAR 2010 - Energia Nova	2039	48.585	50.878	53.152	55.135	1.984.189
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024	59.544	62.354	65.108	67.565	557.086
CCEAR 2011 - Energia Nova	2040	25.723	26.939	28.143	29.193	1.124.026
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025	30.848	32.304	33.731	35.004	336.794
CCEAR 2012- Energia Nova	2041	61.504	60.471	46.465	48.199	1.981.579
CCEAR 2012- Energia Nova	2026	87.320	91.440	95.478	99.081	1.095.256
CCEAR 2013- Energia Nova	2042	29.991	27.041	18.612	19.308	846.228
CCEAR 2013- Energia Nova	2027	137.342	143.823	150.173	155.843	1.955.049
CCEAR 2014 - Energia Existente (12M)	2014	77.995	-	-	-	-
CCEAR 2014 - Energia Existente (18M)	2015	3.988	1.994	-	-	-
CCEAR 2014 - Energia Existente (36M)	2016	30.263	30.263	30.263	-	-
CCEAR 2016- Energia Nova (A-5)	2045	-	-	2.739	2.841	149.645
CCEAR 2016- Energia Nova (A-5)	2035	-	-	18.263	18.952	509.687
CCEAR 2017- Energia Nova (A-5)	2036	-	-	-	9.321	270.641
CCEAR 2018- Energia Nova	2047	-	-	-	-	3.495.433
CCEAR 2018- Energia Nova	2047	-	-	-	-	5.979.859
TOTAL		1.353.318	1.269.165	1.245.806	1.203.293	28.730.759

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do trimestre findo em 31 de março de 2014 que foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

34. Participação nos resultados

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação para o período de três meses findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 2.695 (R\$ 2.855 em 31 de março de 2013).

35. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	1.013.914	112.925
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	n/a	498.870

36. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 ("IN 1.397") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 ("MP 627") que: revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Notas Explicativas

Ampla Energia e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

36. Outras informações--Continuação

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014.

37. Eventos subsequentes

Em 07 de abril de 2014, foi emitida a Nota Técnica nº 112/14 apresentando a proposta de revisão tarifária da Ampla Energia relativa ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – 3 CRTP. Dentre as principais alterações, foi estabelecida uma redução da conta dos consumidores residenciais em aproximadamente 0,74% e um incremento de aproximadamente 8,11% nas contas dos consumidores atendidos em média e alta tensão. De modo geral, a revisão média global da Companhia foi de 2,64%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald

Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4